

N^o 261

Coleção

TEXTOS

ACADÊMICOS

Ano 2

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

**AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA
NO RIO GRANDE DO NORTE:
PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO
DA FORÇA DE TRABALHO**

Maria da Conceição de Almeida Moura

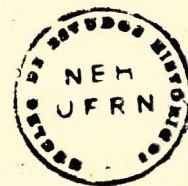
.32

4/97

Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Estudos Sociais



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS SOCIAIS
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES



Ao Geógrafo,
USE, se presta

P 83

AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA NO
RIO GRANDE DO NORTE:
PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA
FORÇA DE TRABALHO

MARIA DA CONCEIÇÃO DE ALMEIDA MOURA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais (Antropologia). São Paulo - 1979.

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA
PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL
NATAL, MAIO DE 1982

PRÓ-REITORIA PARA ASSUNTOS DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

PROGRAMA DE ESTÍMULO AO TRABALHO INTELECTUAL

COLEÇÃO TEXTOS ACADÊMICOS, 261

REITOR: Prof. Diógenes da Cunha Lima

VICE-REITOR: Prof. Esequias Pegado Cortez Neto

PRÓ-REITOR DE EXTENSÃO: Prof. Pedro Simões Neto

COORDENADOR DO PROGRAMA: João Afonso do Amaral

EQUIPE DE APOIO: Jacinta Leite de Oliveira

Pedro Gutemberg Pinheiro de Souza

Roberto Anderson da Silva

José Tavares Filho

Jonas Rodrigues do Nascimento



Moura, Maria da Conceição de Almeida.

Agricultura de subsistência no Rio Grande do Norte: produção e reprodução da força de trabalho. Natal, PRAEU, 1982.

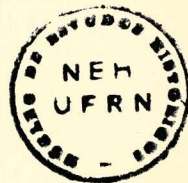
101p.

Tese (mestrado) PUC - São Paulo.

1. Rio Grande do Norte - Aspectos econômicos - Teses. 2. Rio Grande do Norte - Agricultura - Teses. I. Título.

CDU 338:63(813.2)(043.5)

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte mantém um programa de estímulo ao trabalho intelectual que nasceu da necessidade de valorizar e difundir a produção intelectual acadêmica. Consiste, basicamente, na reunião de todas as dissertações, teses e monografias elaboradas por Professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, num espaço físico a que denominamos "Banco de Estudos Universitários" e que serve como fonte de consulta à toda comunidade acadêmica.



A partir da classificação desses trabalhos, uma comissão composta por membros do Conselho Editorial e representantes dos departamentos acadêmicos, seleciona obras representativas de suas áreas, para publicação.

O programa prevê a edição de duas coleções: Estudos Universitários, com livros impressos em off-set pela Editora Universitária e Textos Acadêmicos, reproduzidos pelo sistema de mimeógrafo, pelo grupo técnico da coordenação do programa, na sede da Pró-Reitoria para Assuntos de Extensão Universitária.

A UFRN pretende editar cerca de 400 títulos através das duas coleções, ao mesmo tempo em que publica um Catálogo Geral, demonstrativo de todo o esforço intelectual da comunidade universitária norte-rio-grandense.

É um programa ambicioso, mas simples e concreto como a vontade de fazer. Na medida em que estabelece um volume quantitativamente ousado de títulos para publicação, adota uma de finição técnica no mínimo humilde para realizá-lo: a opção do mimeógrafo para a maioria das edições.

Há de ser reconhecido que a produção intelectual das Universidades tem sido dirigida para objetivos que escapam à produção ou transmissão de conhecimentos: promove currículos acadêmicos, ou é confinada em prateleiras. Em ambas as hipóteses, o ineditismo dos trabalhos conspira contra os seus verdadeiros desígnios.

Nosso programa atende ao objetivo maior de difundir o conhecimento assimilado ou produzido pela Universidade, revalorizando o esforço intelectual dos professores ao mesmo tempo em que estimula a sua aplicação. E nenhuma outra pretensão nos orienta.

Diógenes da Cunha Lima

Reitor

A

ANA CARENINA

A

JOSÉ XAVIER (em memória)

AGRADECIMENTOS

- . À CAPES (bolsa de estudo)
- . À Dra. Carmem Junqueira (Coordenadora do Mestrado em Ciências Sociais da PUC-SP)
- . Ao Serviço de Assistência Rural e Movimento de Educação de Base
- . Ao Diretor do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da UFRN
- . Ao Departamento de Estudos Sociais da UFRN
- . Aos amigos (particularmente, Neusa, Chico Ivan, Hermano, Zé Eduardo).
- . Ao Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho (orientador de meu mestrado e amigo que levou à descoberta de minhas limitações teóricas)

Í N D I C E

APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO: o problema, a metodologia, a área estudada ..	9
<u>CAPÍTULO I</u>	
A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO	28
<u>CAPÍTULO II</u>	
AS RELAÇÕES DE TRABALHO	40
<u>CAPÍTULO III</u>	
A QUESTÃO DO EXCEDENTE	54
<u>CAPÍTULO IV</u>	
REPRODUÇÃO E REPRESENTAÇÃO	70
ANEXOS	85
BIBLIOGRAFIA CITADA	97
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	98

APRESENTAÇÃO

O tema que discutimos aqui é a produção de subsistência. Não pretendemos apanhar toda a investigação acadêmica no tocante a este assunto, nem propor questões gerais e abrangentes para o setor de alimentos na agricultura brasileira. Propomo-nos, sem usar * generalizações abusivas, a tornar explícitas as relações que se desenvolvem nesse setor, numa área geográfica específica. Tentaremos deixar claro como ocorre o cultivo de alimentos na região agreste do Rio Grande do Norte e o que caracteriza o modo de vida dos pequenos produtores que dele se ocupam. Em síntese, queremos apreender a organização da produção e as possibilidades de reprodução de unidades produtivas que se caracterizam basicamente pelo trabalho familiar, não fazendo uso de relações assalariadas.

A divisão básica da dissertação é a seguinte: INTRODUÇÃO: O PROBLEMA, A METODOLOGIA, A ÁREA ESTUDADA. Sob este título, apresentamos o problema a ser discutido, seguido de caracterização da população e da área escolhida, metodologia proposta, justificção do universo empírico, entraves e reajustes das técnicas de coleta e observação dos dados. No primeiro capítulo, A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO, fazemos uma descrição do cultivo dos dois produtos em função dos quais se divide a população estudada e propomos diferenciação entre os produtores baseada no período de utilização da terra. O segundo capítulo, AS RELAÇÕES DE TRABALHO, retoma a caracterização da população, explicitando as categorias estudadas. Neste capítulo, sugerimos uma discussão da autonomia do pequeno produtor ao nível dos processos de trabalho, tendo em vista a sociedade inclusiva da qual faz parte. No terceiro capítulo, - A QUESTÃO DO EXCEDENTE - propomos uma rediscussão do conceito de excedente e as possibilidades de sua aplicação à população estudada. Faz parte deste capítulo uma descrição de como se dá a posse da terra na área e o que ela representa para os produtores de subsistência. No quarto capítulo, REPRODUÇÃO E

REPRESENTAÇÃO, procuramos oferecer uma proposta de interpretação no que se refere à reprodução do grupo através do que estamos chamando de medida possível de reposição-reprodução da força de trabalho. Por outro lado propomos um esboço do que pode vir a ser a interpretação ideológica da produção de alimento. É nesse capítulo portanto que, em síntese, tentamos dar conta da vida daqueles que, ao produzir alimentos, se constituem num sub-setor da produção agrícola nacional.

INTRODUÇÃO: O PROBLEMA, A METODOLOGIA, A ÁREA ESTUDADA

Para produzir os requisitos materiais de sua existência social, os indivíduos o fazem dentro de uma realidade mais ampla, herdada por eles das gerações passadas. A organização das atividades econômicas para a consecução de seus meios de vida se limita, portanto, às possibilidades de seu desenvolvimento histórico.

É neste sentido que percebemos as várias formas assumidas pela organização das atividades produtivas como maneiras que não dependem dos indivíduos em si, nem de sua liberdade subjetiva de organização, mas como produto de uma luta histórica pela sobrevivência.

Essa luta pela sobrevivência, na verdade, é um polo da história capitalista. Sem dúvida, os atores desta luta constituem a parcela da população não proprietária dos meios de produção no cenário da exploração do trabalho, da acumulação de riquezas e do capital. Seus protagonistas - também determinados - detêm e controlam os meios de produção da vida social. Neste sentido, sua luta tem sido a de manter e acelerar a relação de exploração, básica em todas as sociedades de classe e, no modo de produção capitalista, corporificada na extração regular de mais-valia.

A variação nas formas de organização de vida econômica não se deve à liberdade de escolha dessa ou daquela maneira de produzir. A inserção dos indivíduos num sistema mais inclusivo do qual fazem parte sem opção, leva a que seu grau de liberdade se circunscreva, num plano mais imediato, às possibilidades geradas pela sociedade global. Mais ainda, em se tratando do modo capitalista de produzir. Assim, apreender as formas de organização da produção e reprodução sociais implica em descrever quais as possibilidades e limites permitidos

pelo capitalismo para a sobrevivência de suas populações¹.

Interessa-nos, por outro lado, perceber se ao nível dos segmentos sociais dominados há diferenciações internas significativas. Para que pudéssemos avaliar se há ou não diferença substantiva entre as várias possibilidades de trabalhar a terra optamos por fazer nosso estudo com os referentes empíricos de três categorias básicas: pequenos proprietários, arrendatários e posseiros.

No decorrer do trabalho, pretendemos responder a algumas questões: 1) quais as estratégias de reprodução do pequeno produtor e sua família? Ou, o que vem ser a questão mais correta: de que meios dispõe essa população para reproduzir sua força de trabalho? 2) saber se a parte que o pequeno produtor comercializa pode ser classificada de excedente. É bom registrar que conforme demonstraremos pelos quadros de produção da região, a área cultivada com produtos comercializáveis é significativa. Daí nosso interesse em saber se se trata ou não de venda de excedente ou se esse fato deve ser resultante do volume das trocas monetárias necessárias à reprodução das unidades familiares. Se essa questão for suficientemente discutida, o que se conseguirá corroborar é a tese de uma mutação, diríamos mesmo de uma transfiguração, do conceito de economia de subsistência que, conforme faz alusão Graziano, não deve ser confundida com "autoconsumo" e "não implica em completo auto-abastecimento"². Tentaremos rediscutir o conceito de excedente tomando como base referencial os produtores pesquisados distribuídos pelas três categorias.

Terceira questão: saber se, sendo iguais as condições de cultivo de alimentos no que tange aos processos de traba-

(¹) Por esta via de raciocínio, julgamos desnecessário nos deter na discussão teórica da caracterização das relações de produção no campo como capitalistas ou não. Um pressuposto mais relevante enriquece esse tipo de análise tornando o anterior um passo desnecessário. As relações de produção na agricultura não negam o sistema, mas o afirmam na medida em que reproduzem uma força de trabalho super-explorada. Mais ainda, se essa população pode ser pensada como reserva de força de trabalho que será ativada (como tem sido historicamente) cada vez que a empresa capitalista dela necessita.

(²) Graziano da Silva, J.F. e outros, Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira, São Paulo, Hucit..., 1978, pág. 9.

lho, sendo semelhante também o modo de acesso às condições de produção, havendo pouca ou nenhuma diferença nas possibilidades de se reproduzir biológica e socialmente e, por último, sendo o tamanho de terra quase o mesmo, no que se diferenciam entre si o dono legal e o que apenas detém a posse da terra? Qual a diferença - se há - entre proprietários, arrendatários e posseiros quanto às condições materiais de vida?

Além dessas três problemáticas tentaremos descrever uma das formas de valorização da terra, efetivada no mecanismo de doação temporária da terra para o cultivo de alimentos pelo posseiro³.

A análise de como se percebem as pessoas e a ideologia subjacente aos discursos não recebe tratamento particular e pormenorizado. Não que neguemos a importância da ideologia e das representações. Mas, dada a diversidade e riqueza dos dados colhidos, tivemos que privilegiar uns em detrimento de outros. No entanto, como sem referência à ideologia não se teria um quadro geral da população estudada, tentamos esboçar algumas das formas de representação que a caracteriza.

Rediscutida a questão do excedente, enumeradas as possibilidades de reprodução do pequeno produtor e desmistificada a idéia de que o produtor proprietário tem, em contraposição a outros trabalhadores, autonomia maior no processo de produção, procuraremos propor uma discussão sobre o significado da produção de alimentos na economia global.

É importante deixar claro, já aqui, como entendemos a agricultura de subsistência. Nossa interpretação deste setor da economia é fruto de uma postura teórica corroborada e enriquecida à luz dos dados de campo.

Entendemos a agricultura de subsistência pelas formas empíricas apresentadas no corpo da pesquisa - arrendatários, proprietários e posseiros - como um setor cujas relações de

(³) O posseiro de que se trata aqui não é o posseiro de terras devolutas. Trata-se da categoria que na terminologia oficial se denomina ocupante. Preferimos no entanto usar a terminologia de acordo como eles de classificam: posseiro ou "acomodatário". O regime de cessão de terra é chamado "Comodato".

produção são submissas ao capital⁴. Sua população pode ser entendida como uma população para o capital, no sentido de que já se articula na relação assalariada com a grande propriedade, ao mesmo tempo que arca com parte dos custos de sua reprodução, pela produção direta dos alimentos que constituem parte substancial de sua reprodução como força de trabalho. Essa prática econômica que conjuga a produção de alimentos para o consumo e a venda da força de trabalho é o mecanismo que assegura a exploração do trabalho de forma que fique fora dos custos do capital parte substancial da reprodução do trabalhador. É o que tentaremos mostrar no trabalho como um todo.

Na investigação de campo, fomos fazendo algumas modificações ou ajustes técnicos como meio de enriquecer o material a ser coletado. Assim, começamos a pesquisa fazendo entrevistas individuais e em profundidade tentando apreender a maior esfera possível do referencial cotidiano do agricultor. Na medida em que o material coletado foi se tornando exaustivamente repetitivo fomos, aos poucos, provocando o confronto entre três e até cinco pessoas, realizando assim algumas entrevistas coletivas, onde - parece-nos - as pessoas colocavam seus problemas com maior precisão uma vez que havia a interferência de outros companheiros.

Nossa pesquisa se voltou quase sempre para os espaços rurais onde já havíamos trabalhado durante dois anos. Por este antecedente tivemos que modificar várias vezes a maneira de abordar o entrevistado, por exigir este que "se conversasse como antigamente".

O material de que dispomos e em cima do qual trabalhamos consta de:

- . 22 entrevistas individuais;
- . 02 entrevistas coletivas - uma com três, outra com cinco participantes;
- . 01 debate de grupo sobre situação de trabalho e ter

(⁴) A argumentação de Bruno Lautier em "La subsunción formal del trabajo al capital" onde o autor discute o Capítulo IV (inédito) do *Capital* foi valiosa na nossa procura de entender as relações de produção entre os agricultores de alimentos. Sem aplicar aqui, de maneira mecânica, o conceito de submissão formal por ele proposto é importante reter que os produtores de alimentos também se assalariam regularmente nas fazendas próximas.

ra;

- . 01 debate de grupo sobre sindicato, por ocasião de um treinamento sobre legislação rural;
- . 01 debate sobre os custos de produção da farinhada;
- . 01 entrevista com um padre, residente na área há muito tempo;
- . 01 entrevista com um ex-presidente de sindicato;
- . 01 entrevista com um secretário atual de sindicato rural;
- . 01 relatório sobre a cultura de algodão redigido por um grupo de produtores.

As 22 entrevistas individuais podem ser distribuídas pelas seguintes categorias:

QUADRO 1 - NÚMERO DE ENTREVISTADOS POR CATEGORIAS, POR MUNICÍPIO

CATEGORIAS	MUNICÍPIOS *								TOTAL
	Poço Branco	Pureza	São Tomé	Nova Cruz	Riachuelo	Santo Antonio	S. Paulo do Potengi	Lajes Pintada	
Proprietário com título					1		1		2
Proprietário sem título	2		1	2	3	1		1	10
Arrendatário	1					1	1		3
Posseiro terra devoluta									1
Posseiro temporário					6				6
TOTAL	3	1	1	2	10	2	2	1	22

Fonte: Trabalho de Campo, 1978.

* Ver localização dos municípios no Anexo I.

Na realidade, essa distribuição significa uma simplificação. Nossa população se caracteriza pela simultaneidade de relações de trabalho⁵. Para a distribuição dos entrevistados neste quadro, utilizamos o critério da auto-caracterização, muito embora o mesmo quadro pudesse ter outras composições, de acordo com a variação de como se dá a prática econômica nas unidades de produção estudadas. Dito isto, ficaria justificado o critério de classificação dos produtores entrevistados e, por outro lado, se alertaria para a possibilidade de se estratificar essa mesma população de maneira diferente, dada a mudança permanente nas relações de trabalho.

No entanto, julgamos necessário nos deter mais de perto no movimento de instabilidade que caracteriza a prática econômica desses grupos, no que tange à relação com a terra. Essa descrição será de importância para entender a natureza e função do trabalho assalariado, a importância do produtor proprietário e a pauperização crescente da população analisada.

Embora seja uma constante o fato do produtor ter sempre mais de uma relação de trabalho, o grau de importância que assume uma ou outra dessas relações varia ao longo dos anos. Tentando captar o percurso de cada agricultor desde que se ligou ao trabalho na terra, percebemos uma variação constante nas relações de trabalho. Não há, a rigor, uma relação que permaneça constantemente enquanto variam as outras. Não há como estabelecer sequer uma hierarquia na combinação dessas relações; ou seja, que o arrendamento é principal e o assalariamento complementar na reprodução da família.

Por exemplo: se, em um ano, o produto do arrendamento

(⁵) Apenas um (1) agricultor trabalha somente em sua terra. A esse agricultor é permitido ter apenas uma relação de trabalho pelo fato de ter acesso ao financiamento anual para a sua produção. Este financiamento não é feito individualmente. O sogro que retalha a terra entre os filhos e genros faz um financiamento no banco, que é dividido entre os possuidores das faixas de terra. Ao final de cada ano (colheita) cada produtor paga com juros ao organizador geral da produção (sogro ou pai) pela quantia que lhe foi cedida. O chefe da família paga então ao banco e retira novo empréstimo. O financiamento não seria possível se fosse requisitado individualmente, pelo menos no caso da população estudada isenta que é de garantias para o caso de uma má colheita, e sem estabilidade ao nível da relação de trabalho.

cobre a maior parte das necessidades de uma unidade familiar e o assalariamento se apresenta como complementar, em um outro, a reprodução é basicamente coberta pelo produto advindo da força de trabalho e o resultado das colheitas provenientes do plantio em uma terra de posse se constitui como complementar.

Ocorre muitas vezes também que, na combinação de duas relações de trabalho, uma delas sirva apenas para garantir a outra. Não é raro o caso onde a remuneração advinda do assalariamento sirva substancialmente para "pagar o aluguel da terra".

O proprietário, que pelo fato de ser possuidor da terra numa relação permanente, poderia fugir à regra, também está incluído nela. Ele é às vezes também posseiro, ou às vezes, arrendatário e assalariado. É muito comum que um proprietário deixe de trabalhar por um ou dois anos em sua própria terra e passe a dedicar maior tempo ao plantio em uma terra de posse. Sua terra, durante este período, fica como reserva onde se aloca a mão-de-obra familiar - mulheres e menores - desde que liberados de outras atividades, para cuidar de plantios subsidiários como hortas, batatas, melancias, etc. Mesmo assim, essa mesma mão-de-obra se desloca até a terra onde se planta o volume maior de alimentos. No caso do proprietário deve-se considerar um agravante. Como a faixa de terra é pequena (fator comum a todos os outros) e foi cultivada de maneira intensiva por mais de uma geração, o montante final da produção é inferior ao volume de produção obtido de uma terra, por exemplo, arrendada. Isso leva a que esse produtor se assalarie mais frequentemente que outros trabalhadores e, se possível, aumente sua área de cultivo, em regiões onde a posse seja possível.

A variação constante no grau de importância das relações de trabalho nas várias unidades de produção, mostra como a questão de ser ou não proprietário da terra é uma questão secundária em relação a ser ou não proprietário da terra e das condições de produção. Tudo isso, é claro, em relação à produção e reprodução das condições materiais de sobrevivência, melhor dito, reprodução social das unidades de produção.

Em resumo, é na instabilidade das relações de traba-

lho, que se encontra a riqueza da prática econômica de uma população cuja variação constante nas formas de trabalho, pode traduzir-se na variação das estratégias possíveis de sua produção. É pois, na incerteza, que os trabalhadores encontram seu nexos de vida, corporificado na super-exploração do trabalho.

No quadro I não aparece a categoria dos assalariados. A razão, já mencionada, é que, com exceção de apenas um, todo o restante dos produtores combina o assalariamento com as outras formas de trabalho. Excluímos da tabela dois produtores, pelo fato de que a relação assalariada, nestes casos é desenvolvida de forma mais sistemática, ficando a cultura de alimentos claramente em segundo plano. Trata-se, parece, de caso limite de proletarização rural. Como não pretendemos debater o que seria a tendência da população estudada, preferimos excluir as duas entrevistas. O primeiro dos dois casos, que se incluiria no município de São Tomé, é o de um trabalhador que dedica a maior parte de seu tempo, durante dois anos, à atividade de extração de minério. A terra da qual retira parte da alimentação básica da família é uma terra de posse e a mão-de-obra se resume a sua mulher e sua sogra. Eventualmente, o chefe da família "rouba um ou dois dias de trabalho da mina", quando sua presença na própria produção é indispensável. Embora o casal tenha 4 filhos, nenhum deles pode ajudar ainda "de verdade". O de 5 anos "ainda serve pra fazer algum mandado"... "o resto é tudo miudinho, de cobrir com o baiaio". Outro caso de assalariamento foi excluído da análise: trata-se de um trabalhador de fazenda localizada no município de São Paulo do Potengi. Recebe salário regular e não mantém com o administrador nenhuma forma de negociação que o possa caracterizar como morador. Não tem casa para morar, cessa de um pedaço de terra para cultivar, algum tipo de repartição do produto, etc. Essa fazenda tem como atividade principal a criação de gado, dedicando parte de suas terras ao cultivo de algodão e mandioca. Com o dinheiro do assalariamento, arrenda uma terra para sua família trabalhar e também ele, "nos dias de folga", "dias santos e domingos". Reconhecendo-se como um trabalhador assalariado, explica que arrenda terra para a família, "primeiro, porque o salário somente não dá e também porque cultivar a terra é assim como uma mania de nascença".

Excluídos esses dois casos, em todos os outros o assalariamento se constitui num complemento da atividade de subsistência e varia conforme as necessidades da família e de acordo com a produção.

Mais alguns esclarecimentos devem ser feitos quanto ao universo empírico de nossa pesquisa. Até agora tentamos traçar um quadro dos personagens das 22 entrevistas individuais. Vejamos agora o porque das entrevistas, depoimentos e outros materiais cujos personagens são fundamentalmente líderes rurais da área de estudo.

Nossa preocupação ao recolher esse material não está ligada ao fato de ouvir as lideranças locais, pela importância que assumem enquanto tal. Esta foi uma das razões pelas quais não entramos em contato aleatório com todos os líderes reconhecidos enquanto tal pelas comunidades. Escolhemos dentre eles os que tinham ligação mais efetiva com os problemas locais, quer pelo tempo de ligação com esses problemas, quer por alguma ação já desenvolvida que pudesse significar uma ligação estreita com os agricultores. Era de nosso interesse prolongar o quadro das entrevistas individuais com depoimentos que, ao mesmo tempo que permitissem afirmar ou negar os discursos individuais, possibilitassem também o acesso a informações mais gerais e por isso mesmo ultrapassassem o limite individual. Ao contrário das entrevistas individuais, esse material não aparece explicitamente no trabalho, mas serve de apoio às descrições que fazemos da vida do agricultor.

Ainda uma nota deve ser registrada para que se tenha uma idéia mais precisa da área geográfica escolhida. Ao recolher e tentar analisar o material registrado tivemos de eliminar alguns casos que pareciam distoantes dos demais. Assim como eliminamos os dois casos de assalariamento permanente, por parecer que em nada enriqueceriam as questões que estávamos querendo responder, eliminamos igualmente um lugarejo. Trata-se de Serrote, no município de Nova Cruz, que se situa no limite do Estado da Paraíba. Este lugarejo tem uma situação de organização de trabalho e divisão de terra ímbar em relação a todos os demais. Trata-se de área que pertence a uma só família.

Pelo histórico da localidade feito por um velho, "an-

tigamente a família vivia em boas condições, tinha até um motor que gerava luz". Hoje a terra se encontra toda retalhada com os filhos, netos e bisnetos do velho patriarca dono da terra. Embora a situação de vida desse grupo se assemelhe a dos outros pesquisados, eles possuem um tipo de "código" em relação à produção que os torna diferentes. Há um certo regulamento quanto ao acesso ao trabalho na terra. Os casamentos são preferencialmente dentro da própria família e só tem acesso ao trabalho na terra da família, além dela própria, "os de fora que são ou genros ou noras". Nenhum pedaço de terra foi vendido e uma tentativa de venda "a um paraibano cheio de dinheiro" causou, na época, um problema sério no grupo.

Procuramos, na análise, não ressaltar as diferenças inter-grupais, mas procurar nessas diferenças o que há de semelhanças. Esse caso, distoa no nosso entender, de todos os demais e merece análise mais acurada, que tente por exemplo, testar até que ponto a relação de parentesco é significativa para a prática econômica do grupo. Essa questão deveria ser parte de uma maior - que é de nosso interesse investigar posteriormente - qual seja, a de saber o porque da permanência da propriedade da terra nesse grupo de produtores⁶.

A pesquisa de campo foi levada a efeito em duas etapas. Estivemos na área em Janeiro e Fevereiro de 1977, ocasião em que testamos, por mais de uma vez, a disposição das questões no roteiro da entrevista. Voltamos em 1978, durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março para recolher mais dados, agora de forma mais sistemática, centrando o roteiro de entrevista nos problemas eleitos como os mais significativos, sobre os quais falaremos a seguir. Além das entrevistas estivemos presentes a alguns dos encontros de que participava a população - reuniões de cooperativa, de sindicatos e reuniões onde se discutiam problemas comunitários.

(⁶) Com a mesma intenção de unificar o universo empírico a ser analisado excluímos também um município, o de Canguaretama por se tratar de uma região de engenhos e de cultivo de cana, onde se tem uma situação de apropriação da terra e de relação de trabalho bem diferente. Além do mais, pela caracterização da situação fisiográfica esse município se encontra fora da região agreste.

O roteiro de entrevista tinha por objetivo cantar o mais possível a vida concreta do trabalhador. Centrou-se em dois pontos: produção e reprodução.

No primeiro teste que fizemos do roteiro, percebemos de imediato que o discurso se desenrola tal qual a sequência da prática. As descrições obedeciam a uma sequência de tempo, e o dia era um conjunto de atividades consequentes. Era necessário que o roteiro final se ativesse a tais regras do discurso da população. A dificuldade se resumia pois, em não perder de vista os temas que para nós eram fundamentais reter, dentro da sequência do discurso do agricultor. Isto é, sem retirar dele sua maneira própria de apresentar os problemas.

Ao longo da pesquisa, cada vez que interpelávamos o entrevistado, com o propósito de chegar mais rapidamente ao centro de alguma questão, havia um corte radical em seu pensamento. Com o decorrer da conversa, a questão fundamental voltava a tona de maneira bem mais detalhada e natural. Aprendemos aos poucos que era preciso respeitar a sequência do discurso, porque ela representava a sequência da vida quotidiana do trabalhador, vista e pensada por ele.

A sequência das perguntas obedecia, portanto, à sequência da prática que conseguimos captar durante os testes do roteiro.

O que parecia exaustivo e repetitivo durante cada entrevista nos fornecia informações valiosas, por exemplo, sobre o processo de produção imediata. Prova disso é a riqueza de detalhes com que os agricultores descreviam todo o processo de "desmatamento" e "destocamento" de terras. Esta descrição, que chega a ser cansativa, fornecia elementos importantes para a análise de desgastes diferencial da força de trabalho. Nestas atividades o desgaste de energia humana parece bem maior por área de terra do que em outras (no corte e preparo da terra, por exemplo), conclusão a que se pode chegar pela relação entre área trabalhada e tempo de trabalho. Nesse caso o que se evidencia é que, na equalização do preço pago pelo trabalho, não se leva em conta o dispêndio de energia e que o salário não é o pagamento do trabalho (mesmo quantitativamente), dado o tipo de exploração e o grau de submissão

dessa população⁷.

Veja por exemplo como o agricultor expressa de modo claro o nível de exploração a que é submetido em determinadas tarefas agrícolas.

"É seis dias prá desmatar uma "tarefa". Seis dias se for brocando de foice, cortando todinho prá deixar no ponto de queimar. Tem matas que se gasta 10 dias prá desmatar uma "tarefa", "uma mil cova". É uma base de 15, 18 dias num hectare prá se fazer o desmatamento. Agora, se pegar matas mais finas... então ele faz em três dias, faz em quatro. Mas sempre onde o proprietário exige, é mais "denendiosa", em cima de serras, onde os paus são muitos grossos, aí custa mais. Agora mesmo só estão desmatando por 350 cruzeiros uma mil cova. Tanto faz brocar como arrancada, o preço é um só. Em cima das serras que você andou, lá, aquelas serras é 350, 400, 200 cruzeiros. Depende quando o trabalhador vê o tipo de mato. Só prá brocar de foice é esse preço. Se for na serra baixa eles exigem arrancar de chibanca. E o preço é o mesmo".

Note-se que aí o agricultor tem clara a diferenciação por tipo de tarefa desempenhada e a igualdade do preço pela área trabalhada. Isso é claro, se o trabalho no desmatamento de terras fosse pago, o que não ocorre com a maioria dos pesquisados. Mais explícito ainda é o tipo de consciência que tem quando, pensando na remuneração do tempo de trabalho, contrapõe o trabalho na própria plantação ao tempo de trabalho empregado em outras propriedades.

"Um dia que trabalho fora, é três, ou quatro

(⁷) Mesmo que em parte alguma do sistema capitalista o salário seja o pagamento pela energia gasta produtivamente, ele aparece a olhos des- cuidados como sendo. A remuneração diferencial pelo tempo de desgaste da energia também diferencial é um dos envoltórios dessa falsa percepção. No processo de desmatamento nem sequer essa relação é observada. Isso quer dizer, nesse caso a exploração do trabalho é melhor desmascarada.

que eu perco no meu". "Um cabra que trabalha um dia fora quer dizer que já perdeu uma semana no dele. Porque a gente sabe que desmerece muito. Um dia que a gente ganha trabalhando fora, ganha aquela micharia. Se a gente trabalha um dia no serviço da gente, e se dá qualquer coisa, até dá o duplo daquela diária".

O dispêndio de energia é uma constante na fala do agricultor assim como a certeza de ser mal remunerado. Percebemos isso com mais detalhes quando nos ativermos ao trabalho assalariado.

O roteiro aplicado fixou das entrevistas com os agricultores os seguintes pontos:

1 - sua relação com a terra, desde que começou a trabalhar na agricultura. Com isto queríamos observar se havia ou não oscilação nas condições de trabalho e produção. Propúnhamos sempre que se começasse pela relação de trabalho do pai, sem, no entanto, pretender uma análise histórica das formas de contato do homem com a terra, na área. O que chegamos a perceber - e em vista do nosso objetivo é satisfatório - é que não existe praticamente nenhuma variação mais significativa ao nível das duas gerações.

"Trabalhei para diversos proprietários. Toda a vida foi em terra alheia".

"Papai nunca possuiu terra. Ele só trabalhava de meia nas propriedades. Então eu nasci em 48, no mês de setembro. E desde a idade de 7 anos que comecei a trabalhar com ele. Alí mesmo na Serra da Formiga, até naquela propriedade que a gente passou à noite que você perguntou de quem era. Naquela alí papai trabalhava de meia e eu já começava a fazer planta, limpar um mato, mesmo sem saber, treinando na instrução. De lá prá cá nunca mais parei de trabalhar. Com 14 anos já estava desmatando terra dos outros.

Esse terreno que eu trabalho era de papai.

Passou por herança. Mas não tem nem água. Se eu tivesse condições, eu não trabalhava num lugar daquele. Mas eu tenho de conservar o que tenho. Tenho que viver dali porque não tenho para onde ir. Não hei de viver só do (trabalho) alheio, porque é mais sujeição ainda. Fico ali naquele tabuleiro que papai deixou e assim vou levando".

Quando muito, ocorre que, pelo fato da terra ter sido trabalhada por duas gerações (às vezes mais), o produtor atual seja levado a contrair outra relação de trabalho como meio de complementar a sua reprodução.

"Papai tem uma tirinha de terra. Mas não dá prá trabalhar. É só prá morar. Tem só uma fileira de casas dos filhos. Mas trabalhar é fora. A terra é seca, não dá nada".

A afirmação frequente de que "a terra está fraca" "sem força" mostra, no caso do proprietário, a intensidade do uso a que ela foi submetida e a ausência de aplicação de qualquer corretivo ou fertilizante.

O tamanho da área cultivada é que parece ter diminuído no percurso de vida do agricultor. "Antes eu plantava 9 mil covas, agora só planto 6" é uma afirmação por demais repetida. A impossibilidade de fazer alguma reserva para cobrir as despesas do início do plantio no ano seguinte, leva a que não se plante sempre toda a área disponível. As condições climáticas têm também importância. Se o ano é de "bom tempo", o resultado da produção permite que ^{se}faça um fundo de reserva necessária para a plantação do próximo ano. Se não, se plantará área bem menor do que a prevista.

2 - colhemos, igualmente dados quantitativos referentes à produção propriamente dita. Recolhemos informações a respeito da produção por área cultivada, quantidade da produção que é vendida e consumida, número de dias dedicados à própria produção, por semana, e os dias de trabalho empregados em outras terras, por semana. Perguntamos também sobre a distribuição do trabalho nelas várias atividades do ciclo produtivo durante todos os meses do ano. O que era interessante re

ter era se havia relação entre o período de aparente desocupação na plantação própria e a venda da força de trabalho em outras propriedades. Isto é, se só "se dava dias de serviço fora" quando não havia o que fazer na própria plantação.

3 - indagamos sobre a rede de pessoas com as quais se relacionava o produtor. Procuramos saber quantas pessoas trabalhavam junto com ele, se eram da família ou não, se remunerava trabalho, quando trabalhava fora para quem trabalhava, de que tipo de atividade agrícola se tratava, quanto ganhava de salário, quantas pessoas trabalhavam nessa propriedade nas mesmas condições e que diferenças havia entre elas. Em função desses resultados poderíamos estabelecer que diferenças existiam ao nível da reprodução entre as três categorias básicas pesquisadas.

4 - as interpretações da vida quotidiana desses agricultores foram obtidas de maneira espontânea e livre. Algumas questões foram propostas como a de saber se são assegurados direitos aos agricultores, que direitos são esses, se eles gozam desses direitos; porque existem pessoas que têm muita terra e outras que nada possuem, e o que seria necessário para que a situação do pequeno produtor viesse a melhorar.

As questões objetivavam apreender as formas de produção imediata, as formas de que dispõem para se reproduzir e as formas pelas quais interpretam suas vidas. Feito isso tentaríamos uma interpretação que procurasse localizar os nexos mais significativos que interligam os polos de subsistência aos polos do capital.

A justificativa da população pesquisada se coloca para nós como uma questão teórico-prática.

A questão teórica consiste em detectar não apenas as formas aparentes de um tipo de população específica mas, ao contrário, tentar reter a rede na qual são tecidas as relações sociais características desse grupo. Esta opção desencadeia um procedimento metodológico que fornece estratégias capazes de dar conta, de maneira mais profunda, da vida dos grupos objeto da pesquisa.

A questão prática, se colocou para nós como mais fácil de resolver. Ontamos por trabalhar com agricultores do Es

tado do Rio Grande do Norte com os quais já tínhamos experiência de dois anos. Como as condições de vida desses agricultores não eram para nós totalmente estranhas ou desconhecidas, foi possível uma incursão mais crítica sobre a realidade. Não pretendemos com isso defender que possa haver uma identidade do pesquisador com uma população que não pertence a sua classe. No entanto, parece incontestável que um contato mais permanente pode ser transformado num instrumento de maior conhecimento da realidade.

As entrevistas individuais remetiam sempre o entrevistado a um círculo maior do que o vivido por ele e sua família. Os agricultores dificilmente iam até o fim da entrevista sem se referir a um companheiro que vivia aquelas mesmas condições de trabalho e vida. Assim, aos poucos, ia sendo colocada a situação de vida de outras pessoas, seja porque se igualava à do entrevistado, seja porque dela fosse diferente. Isso nos possibilitou acesso à descrição das condições de vida de um número maior de pessoas. Dentro desse universo de representações é que aparece, por exemplo, a figura do grande proprietário com características apreendidas reveladoramente no discurso do pequeno produtor.

Para efeito da unificação da população decidimos trabalhar com várias relações de trabalho, onde o denominador comum fosse a pequena área de terra. O limite de terra trabalhada foi fixado em 5 hectares. Conforme já foi dito, os nossos entrevistados trabalham sempre com mais de uma terra, ou seja, têm mais de uma relação de trabalho. O limite dos 5 hectares, portanto, é sempre o somatório da área trabalhada. É bom que se explicita que todas as possíveis interpretações não têm base o critério do limite de terra. Em outras palavras, não é nossa intenção propor que o limite de 5 hectares seja o caráter definidor do modo de vida da população estudada, no sentido de que somente até este limite se sustentam as conclusões. Mesmo porque o limite da área cultivada por si só, não pode ser tomado como critério suficiente para definir e caracterizar uma maneira de produzir as condições materiais da existência social. Por vezes, esse limite poderá ser estendido e desde que se mantenham outras condições fundamentais - baixa fertilidade do solo, ausência de tecnologia eficiente,

dificuldade de financiamento, etc - ter-se-ão as mesmas condições de organização da produção, as mesmas estratégias de prover a reprodução do grupo familiar, em suma, as mesmas condições de vida.

Conforme já afirmado, desde o início da pesquisa ficamos interessados em saber que diferenças havia na reprodução desses agricultores pelo fato de serem ou não proprietários da terra. Com o tempo, chegamos a perceber que a propriedade da terra poderia está circunscrita à esfera das relações jurídicas sem uma correspondência estreita com a reprodução das condições materiais de produção⁸. Daí porque equalizamos o tamanho da área de plantio e procuramos a diversidade das relações de trabalho.

Nossa pesquisa poderia ter se estendido a uma área geográfica maior. No entanto, o limite da área se colocou em função das repetições expressas nas entrevistas e, mesmo, na observação participante. Tudo nos leva a crer que, se aumentássemos o número de municípios na mesma região, a recorrência das informações seria grande, pois o modo de vida do pequeno produtor já se encontra imerso numa mesma trama de relações sociais. O que se deve evitar é uma interpretação que extrapole indevidamente a área pesquisada. Para tanto, é necessário uma caracterização global da área onde está situada a população sobre a qual se fala. É o que faremos a seguir.

A região pesquisada apresenta certa homogeneidade quanto à sua participação na economia do Estado. É uma área que se caracteriza basicamente pela produção de algodão e mandioca. As grandes fazendas são de criação de gado, sendo algodão e capim subsidiários. A maior parte da produção de algodão advém do cultivo das unidades de produção familiar.

Lançando mão de dados censitários vejamos como se ca-

(⁸) Há, mais precisamente, uma ligação estreita entre a relação jurídica com a terra e o nível ideológico sempre que se defrontam num discurso um proprietário e um não proprietário. Mas se se comparam os níveis de produtividade, os investimentos e insumos e, acima de tudo, as vias que são usadas para complementar a alimentação da família, em nada difere um do outro. Ao nível da ideologia os dois se contradizem. Aliás, a ideologia tem a grande virtude de resolver as contradições da prática. E a ideologia da propriedade da terra parece ser um dos grandes triunfos do sistema capitalista como forma de ao promover a diferenciação entre os próprios explorados, amenizar as tensões sociais.

racteriza a região estudada no que se refere à distribuição da produção e a estrutura fundiária. Destacaremos a participação dos minifúndios na produção total do Estado, a composição da posse da terra e sua utilização como predominantemente agrícola.

A população dos 8 municípios estudados, que representa 5,4% do total do Estado, é essencialmente rural, variando de 58 à 83%. (Anexo II).

Na análise da estrutura fundiária deve-se ressaltar:

1 - Do total dos estabelecimentos, 75,26% tem menos de 10 ha., ocupando 7,32% da área. Para os estabelecimentos de menos de 5 ha. temos um percentual de 63,67% e ocupam 4,3% da área total dos estabelecimentos rurais dos municípios estudados. Esses dados se encontram no anexo III.

2 - De acordo com o registro da condição legal das terras (Anexo IV) ressalta-se a grande incidência de terras próprias em contraposição a terras arrendadas e ocupadas. O percentual é de 41% de terras próprias contra 26% e 32% das arrendadas e ocupadas. Isso quer dizer que se trata de uma região onde predomina a propriedade individual. No anexo V temos que 93% das terras da região investigada são propriedades individuais e ocupam 87% da área total dos estabelecimentos. (A Igreja tida como grande proprietária rural tem apenas 0,01% das terras da região, enquanto as entidades possuem 1,08% dessa área).

3 - No que se refere à utilização da terra, o anexo VI evidencia o predomínio da atividade agrícola. 93% dos estabelecimentos, ocupando 60% da área total dos estabelecimentos dos municípios, se dedicam à agricultura. O índice da pecuária é baixo (6,12%). As fazendas que se destinam à criação de gado, necessitam conjugar essa atividade com o plantio de subsistência, na forma de doação temporária da terra, como um artifício que permite o desmatamento da área e o plantio de capim para o gado. A ocupação da terra com a agropecuária tem seu percentual muito baixo (0,68%). A pecuária parece extensiva, conforme mostra ainda o anexo VI. 6,12% dos estabelecimentos ocupam 29% do total de estabelecimentos rurais, o que deixa uma área média de 129 ha. por estabelecimento, numa região onde apenas 4,8% desses estabelecimentos tem área igual ou superior a 100 ha.

4 - Em relação ao cultivo das lavouras temporárias, a região contribuiu durante o ano agrícola de 1977, com 22% do algodão herbáceo produzido no Estado, 12% da mandioca, 5% de feijão e 3% do milho. É interessante observar a importância que assumem os dois produtos ditos "para venda" - algodão e mandioca - em detrimento do cultivo dos alimentos "para consumo". Em se tratando de região onde predomina o minifúndio e supondo-se que sejam cultivados por unidades familiares, comprova-se que a produção doméstica tem no cultivo do produto para troca parte considerável de sua remuneração. Isso não significa necessariamente que a produção de subsistência seja uma produção para o mercado, mas que a troca monetária assume importância fundamental nessas unidades de produção.

5 - O anexo VIII, que relaciona os grupos de área com as lavouras temporárias, mostra a importância das pequenas propriedades na produção das lavouras temporárias. 32% do algodão, 33% de feijão, 55% da mandioca e 28% do milho produzido no Estado são em estabelecimentos de menos de 10 ha. (a área ocupada por essas produções é de 28, 32, 58 e 29% do total, respectivamente). Observando os estabelecimentos de menos de 5 ha., temos que 20% de algodão, 22% do feijão, 44% da mandioca e 18% de milho são aí produzidos. Esses estabelecimentos ocupam 17, 21, 46 e 18% do total da área, respectivamente.

CAPÍTULO I - A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Depois de esboçar as características gerais da área pesquisada, passamos à descrição da atividade produtiva das unidades familiares.

No tocante à organização da produção existem duas possibilidades de combinação: ou se planta algodão, feijão e milho, ou mandioca, feijão e milho. Embora os dois produtos comercializáveis - algodão e mandioca - possam ter importância semelhante na produção agrícola do Estado, há diferença fundamental na organização da vida desses agricultores pelo fato de cultivarem um ou outro desses produtos.

A diferença entre o cultivo do algodão e o da mandioca se situa no tempo de utilização da terra. O tempo de uso da terra na produção destas culturas não é diferenciado pelo seu ciclo natural. Ou seja, o tempo necessário a ser empregado para o preparo da terra, plantio, limpa e colheita não é substancialmente diferente nas duas culturas. O tempo dispendido pelos pequenos produtores pelo fato de cuidar de uma ou de outra é, no entanto, quantitativamente diferente.

A explicação de tal processo se liga ao tempo de desgaste da força de trabalho, que implica quase que necessariamente no tempo de reposição da energia gasta, reposição essa que se efetua em quadros de extrema precariedade.

Isto implica em que, ao longo do processo de pauperização dessa população e durante o período em que não vive dos frutos da própria produção mas apenas do assalariamento se configure a maior privação das condições de sobrevivência, na medida em que é apenas o salário que garante a reprodução da família. (Esses períodos ocorrem por exemplo, nas épocas de seca, quando não tendo sequer oferta de trabalho na própria localidade, o Estado intervém promovendo oferta de empregos

nas tarefas de construção de estradas, construção de barragens, açudes, etc. Esse processo ocorre mais normalmente nos períodos em que as colheitas não podem ser realizadas. Não é sem razão que nos meses de junho, julho e agosto a população vive com "mais fartura" e o assalariamento ocorre em menor proporção.

Vejamos como isto é evidente, pelas entrevistas:

"Eu só tenho o casco da terra e meus filhos. A terra que a gente trabalha é pequena, mas o pouco que dá, dependendo do inverno, é melhor do que trabalhar alugado. A diária só dá prá comprar o alimento, quando dá. O trabalho alugado desmerece muito a gente, acaba com as forças e não rende nada".

"Eu digo assim: eu trabalho um dia, fico com o terreno mais ou menos. Limpo até 500 mil covas de terra. Aquelas 500 mil covas de terra dando "ricurso" (rendendo bem), se arranja muita coisa. Já se eu fui trabalhar um dia alugado só arranjei 20 ou 30 cruzeiros. Aí pronto só foi o que eu arranjei. Aí acabou-se. Nem dá prá eu comer com a família, nem dá prá nada".

"Quando vai trabalhar fora, o interessante é isso rapaz, na cidade o trabalho é 8 horas, e aqui é uma média de 10, 11 horas por dia. E você sabe como são os serviços..."

"Hoje a senhora não consegue falar com ninguém. Aqui nessa comunidade a situação tá pegando... Tudo que é trabalhador saiu cedinho. Passa um caminhão pega também os que estão desocupados e eles só voltam a boca da noite. Tá todo mundo na confecção de um desvio. É a prefeitura que arranja esses trabalhos porque tá vendo todo mundo de mão no queixo, parado mesmo".

Passemos a descrição do processo de produção do algodão e da mandioca para se perceber onde está a diferença no tempo de reposição propiciado pela própria produção, em fun-

ção do tempo dedicado a cada uma dessas culturas.

A produção do algodão ocupa, via de regra, um período que vai de janeiro a julho ou agosto. Nas condições de produção desses grupos, depois de apanhado o algodão, não há outra coisa a fazer senão vendê-lo. Por se tratar de produtores que não têm condições de fazer qualquer beneficiamento no produto colhido ou condições de armazenamento - e que permitiria esperar preços compensatórios - a produção de algodão termina logo depois da colheita, com a entrega nas cooperativas ou aos intermediários. Se se tratasse de produtor médio ou grande o processo poderia ter seu tempo acrescido, por exemplo, pela comercialização parcelar do produto. Com os pequenos produtores esse processo é diminuído no tempo, dado que a produção requer venda imediata.

"Eu me elevo mais em plantar o algodão, porque com o algodão a gente paga todas as contas que todos os anos a gente faz. A gente planta o milho pouco, a fava pouca, e constrói mais o algodão que é prá tirar as contas no fim do ano".

"Se o cara trabalha em terra arrendada, ele precisa de dinheiro para fazer o arranjozinho da semana. O patrão vai fornecendo conforme ele precisa. Mas a juro de 5%. Quando é no fim que colhe aquele algodãozinho, não dá nem prá pagar as contas que teve com a terra: as enxadas, as ferramentas e tudo o que aconteceu ali dentro. Aí ele vende o algodão todinho - as vezes o patrão exige que venda a ele porque emprestou o dinheiro dos gastos. E no fim fica sem lucro nenhum. Ainda fica devendo, as vezes".

"Eu vou dizer o que aconteceu comigo esse ano. Eu botei uma arezinha de 5 mil covas. Botei! Aí eu trabalhei o ano todinho. Quando chegou no fim do ano eu digo: Patrão o senhor me arranja um quilo de açúcar, uma cuia de farinha, uma rapadura para eu pagar no tempo?" Ele disse: "é, eu posso arranjar se vo

cê me garantir a vender sua safra". Aí, eu fui e vendí meu algodãozinho todinho a ele, pelo preço que ele quis comprar. Podia até eu arranjar um preço melhor, mas ele engoliu meu algodão todinho. Pagando mais juros, viu? Tudo que a gente faz, eles aqui abraçam tudo o que a gente tem, e a gente fica sem nada. Entra ano e sai ano e a gente na mesma. Só trabalha porque não há de ir pedir esmolas na cidade. Mas que lucro nenhum não tem. É colhendo e vendendo para pagar as contas de mercearia, pagar o que está devendo".

"É. A gente vende o algodão para pagar as despesas com a terra, adubo, e tudo que entra. Mas só dá prá tirar as despesas. Quando muito sobra alguma coisa, e aí a gente compra uma parelha de roupa para cada um da família. Isso depois de tirar as despesas".

"Então, veja que eu ainda fiquei devendo. Então para pagar essa despesa eu tive que vender gado, porque tomei dinheiro emprestado, precisava de pagar; então, fui e vendí o gado que eu arranjei no ano de 76 para pagar o de 75".

"É colheu, vendeu. E muitos, coitados, vende a produção antes de colher".

"Esperar o que? Quando o capuchinho do algodão estão aparecendo a gente já começa com a família prá ir apanhando. Muitas das vezes a gente usa muito fazer mutirão porque não pode pagar a apanhador".

A causa principal dessa minimização do tempo é o fato de que o agricultor precisa se desvincular, imediatamente, dos empréstimos que lhe permitiram trabalhar durante o ano agrícola contraídos, via de regra, com grandes e médios proprietários da área. Poucos são os casos de empréstimos

feitos em banco¹. Por outro lado, deve-se atentar para o fato de que a colheita do algodão, deve ser feita o mais rápido possível para que não se perca grande parte da produção². Não é sem razão que, nessa época, ocorre maior concentração de pessoas na área. Pelo menos na primeira grande colheita se concentra nessa área toda a família do produtor e mais os parentes próximos. Nesta época do ciclo produtivo, como condição para não perder parte da produção, o chefe da família, em alguns casos, contrata mão-de-obra familiar à qual paga salário, depois de vendida a produção.

"Por exemplo, o feijão tá começando a amadurecer agora, ele não tem dinheiro para colher. Então vai juntar gente prá fazer as colheitas porque se não colher logo e chover, pegando o feijão já de maduro à seco no roçado, apodrece todinho. Então tem que botar hoje 5 ou 6 apanhadores de feijão ou mesmo que sejam as mulheres que vão apanhar. Então vai vender na cidade naquelas casas que compram - são os bodegueiros, aí já pegam o dinheiro adiantado, então paga as mulheres³.

Portanto, o tempo que vai do ato de limpar e preparar o terreno até colher, no caso do algodão em consórcio com os alimentos é um tempo necessariamente limitado pelas precárias condições de produção existentes. Não há como maximizar o tempo de ligação com a terra. Há um determinado tempo de colhei-

(¹) Pelas entrevistas, entre as principais causas que dificultam o empréstimo bancário figuram: o pequeno pedaço de terra, a consequente ausência de bens (gado, geralmente) que assegurem a devolução, a "má vontade" dos grandes proprietários em "afiançar um pequeno empréstimo no banco" e, acima de tudo a crença de que "essa história de empréstimo para o pequeno agricultor só existe no papel, nenhum banco quer arriscar seu dinheiro com a gente".

(²) A chuva nessa época ou a invasão do gado na plantação significam perda de grande parte dela.

(³) Esse é um dos casos onde a unidade de produção familiar contrata mão-de-obra pela qual paga um salário. Este fato não descaracteriza a população como uma unidade de produção baseada na força de trabalho doméstica. Nessa época como um imperativo de não perder a produção ocorre muito frequentemente a troca de serviços entre grupos de famílias, o que eles chamam de "mutirão".

ta. Acima de tudo há uma imposição à venda imediata da produção colhida, provocada pelo endividamento progressivo do produtor. A quem vender, não importa muito, pois existem poucas opções nesse sentido.

"Não se pode esperar pelo preço mínimo. Aqui quase não se cumpre isso. Se vende sempre a quem oferece mais uma coisinha".

"Aqui é mais ao intermediário que se vende. Com tudo, é quem ainda paga melhor. Não há garantia de preço para o nosso produto".

"Só quem sabe o que é a vida de um agricultor é ele mesmo. Ora, se a gente espera que o preço suba! O dinheiro tem que entrar logo. Na época da safra, se o caboclo não pagar logo o que deve na mercearia, no outro ano ele não come".

Rendimentos advindos da comercialização do algodão é que permitem saldar as dívidas contraídas durante todo o ano. Se o ano é de boa safra - como foi o de 76 - a "sobra", depois de "pagar as despesas" é, em geral, empregada na compra de um novilho ou algum outro animal. Esta compra, considerada por eles como um investimento significativo servirá depois como garantia para cobrir as despesas nos anos ruins.

Passemos agora ao caso em que a produção de alimentos é feita em conjunto não com o algodão, mas com a mandioca. Aqui pode ou não ocorrer a minimização de tempo de utilização da força de trabalho na própria plantação. No caso estudado, não ocorre diminuição do uso da força de trabalho durante a maior parte do ano. Assim, o período que vai do preparo da terra, passando pela colheita, até a transformação em farinha ocupa o trabalhador durante todo o ano⁴.

Há de se fazer diferenciação entre o cultivo deste produto feito por um médio ou grande proprietário e pelo pe-

(⁴) Isto não ocorre com o produtor de algodão, pois, terminada a venda desse produto está liberado para se ligar a outro tipo de atividade em outras terras, de onde receberá um salário. O produtor de mandioca transformará seu produto em farinha durante 2 ou 3 vezes ao ano, o que lhe permitirá além do consumo desse alimento, sua venda para ter acesso a outros bens alimentares não produzidos pela família.

queno produtor. A diferença não se encontra nas limitações da cultura nura e simplesmente. Não é o processo natural (fecundação, crescimento) que determina a diferença. Outras variáveis entram em jogo e acreditamos que a reprodução da força de trabalho do pequeno produtor seja a condição mais forte na determinação dessa diferença.

Tentaremos esboçar o argumento de maneira mais clara. O tempo de ocupação na produção de mandioca, até sua conversão em farinha, é função das possibilidades de manutenção da força de trabalho do agricultor durante o maior tempo possível do ano. Ou seja, na medida em que é possível, nessa produção, completar várias vezes o ciclo produtivo, a reprodução social dos grupos está parcialmente garantida durante todo o ano.

Passemos à descrição do cultivo da mandioca. Em novembro, dezembro ou janeiro (dependendo do início das chuvas) comecem os trabalhos de preparo do terreno com as limpas, mistura da terra, preparo das covas, etc. Logo em seguida se dá "a planta". Daí a algum tempo a roça está pronta para ser colhida. Nessa fase do ciclo produtivo é que se dá a diferenciação entre os pequenos produtores. A mandioca que poderia ser totalmente arrancada e transformada em farinha de uma só vez, é tratada de maneira diferente, ou seja, sua transformação final - a farinha - é parcelada⁵.

A explicação do produtor é a de que "se quebra a roça" e se faz "a farinhada" à medida que se precisa de farinha e do dinheiro para comprar "outras coisas" (isto é, parte da farinha para a alimentação da família e parte para, pela venda, ter acesso ao dinheiro para comprar na feira o que não se produz).

Ou seja, se arranca parte de mandioca para convertê-la em farinha, cada vez que a família do produtor se encontra no limite de sua reprodução, pensamos nós.

A explicação do produtor se torna mais clara ainda

(⁵) Não queremos generalizar nossa descrição para todos os pequenos produtores de mandioca mesmo na região pesquisada. Podem ocorrer casos que não se enquadrem nesse tipo de organização da produção. (Casos por exemplo onde a produção seja tão insignificante que só se complete uma vez o ciclo completo da produção).

quando diz que se produzir a farinha de uma só vez, deixando parte do consumo em casa e vendendo a outra para cobrir os gastos, passará o restante do ano sem ter como conseguir dinheiro para as despesas da casa e da produção. Resta o assalariamento em grandes propriedades vizinhas, o que é admitido apenas se não houver outro meio de prover sua alimentação e de sua família.

"Como eu já disse, a gente arranca parcelado da maneira em que tal seja necessário às despesas - por acaso, eu estou precisando de farinha para comer, prá meu gasto de casa, e precisando prá vender. Então eu já vou pensar quantas carroças eu vou arrancar, ou duas ou três. Que mais ou menos a gente tá baseado quantas cuias dá cada carroça e em tantas carroças eu sei quantas cuias dá. Então eu já mais ou menos me baseio: posso vender tantas cuias e ficar com tantas em casa para o consumo".

"Não. Sempre a maioria do produto eu deixo em casa. No caso do feijão, a mesma coisa. A gente só vende quando precisa comprar outras coisas. Então a gente sempre se previne (guardando em casa) afuturando um tempo mais na frente. Quando termina o inverno, que termina todas as colheitas a gente se privilegia de guardar para ir se mantendo enquanto chega o próximo inverno, num sabe?"

"É assim, eu vou explicar melhor. Primeiro a gente arranca o feijão, o milho e a fava. Guarda em casa pro consumo, agora se for uma quantidade boa, a gente vende coisinha pouca prá comprar outras necessidades. Mas sempre acontece mais de só dá mesmo pro consumo... quando dá até outra safra. Até mesmo a quantidade de roça que eu planto não dá. Por exemplo, se acaba a colheita do milho e do feijão que eu guardei e vai embora a roça ... aí acontece muitas vezes até ficar comprando, não tem outra maneira". As outras manei-

ras é assim: vai ganhar um dia de serviço, faz um trabalho de outro companheiro, ele na ga aquele dia, e com aquele dinheiro a gente vai comprar a alimentação que falta... Mas só quando a precisão está grande. A gente faz tudo prá ir controlando, prá não precisar trabalhar fora".

"É. Arrancar tudo de uma vez não dá resultado. Acaba a farinha, acaba o dinheiro, acaba tudo. Só resta a solução do alugado".

"Por exemplo se o cara tem 1 hectare de roça e é pobre... se ele arranca tudo de uma vez, come todo, gasta todo e vai embora".

"O costume por aqui é fazer 2, 3 arrancas. E ir controlando o consumo também, se não, não dá".

Dessa maneira se "quebra a roça" para fazer a farinha 2 a 3 vezes por ano. Terminada a última farinha, o produtor volta a trabalhar o terreno para nova plantação de mandioca e o processo recomeça todo novamente.

A conclusão a que chegamos é a seguinte: dado que a produção de alimentos em consórcio com a mandioca é fonte certa de remuneração; dado que o assalariamento, mesmo esporádico, é percebido como desvantajoso; e dado que essa cultura permite que se complete com uma só "planta" várias vezes o ciclo produtivo até seu final, o parcelamento da cultura da mandioca se coloca (pelo racionamento, é claro) como uma medida ótima de fixação da mão-de-obra familiar à sua própria terra, permitindo que os produtores que dela se ocupam sejam remunerados lentamente durante todo o ano. Esse processo (dependendo da produtividade, do tamanho da área de cultivo, do tamanho da família e do racionamento do consumo que é possível fazer) permite que o produtor não tenha ainda, na relação assalariada temporária, a única via possível de complementação da subsistência.

Isso não quer dizer que pelo parcelamento da produção - o que só é possível por se tratar de produto que pode ter estocagem natural - as necessidades desses grupos sejam sempre melhor satisfeitas do que recorrendo aos dias de serviço em fazenda. Acreditamos que pode até haver um índice mais

baixo de satisfação dessas necessidades⁶. Nesse sentido, a re produção da unidade familiar é semelhante a de outro qualquer pequeno produtor. Conforme os dados coletados o baixo nível de vida pode ser exemplificado pelo endividamento do agricultor, pelas condições precárias de trabalho e alimentação, e, pela presença constante de doenças (maior incidência nas crianças), provocada entre outros fatores pelas condições da habitação. Vejamos como essas condições aparecem nas entrevistas:

Endividamento: "Eu ainda não plantei esse ano não foi por falta de coragem. Vontade de trabalhar nunca conviveu comigo, graças a Deus. O que aconteceu foi que eu tive que pagar com (o dinheiro) safra passada uma conta que eu tinha de dois anos. Nem comprar nas bodegas eu podia, porque o homem avisou... e assim lá se foi o dinheirinho que era prá eu está empregando agora" (Arrendatário)

"Quer saber como foi? Pois bem, só de ficar sentado imaginando como arranjar o dinheiro prá pagar aquela conta... e sem poder, viu? Não tinha trabalho alugado prá fazer... uma tarefa, duas que um companheiro, um igual, arranjava, só dava prá comprar a farinha e mais nada... Pois só de ficar imaginando na vida, no dinheiro que tinha que pagar, ele enfraqueceu do juízo. Fazia pena o rapaz... era um pai de família, ainda moço". (um proprietário falando a respeito de outro proprietário)

"Prefiro passar fome, mas no banco eu não peço.

(⁶) No caso, por exemplo, da produção não ser suficiente em relação ao consumo anual da família, o que pode ocorrer entre outros motivos pela variação pluviométrica, que é frequente no nordeste. No entanto, deve-se considerar que o produtor de mandioca pode jogar com mais variedade entre os produtos que dependem de sua produção e que entram em seu consumo alimentar. Embora a mandioca possa ser considerada, nesses grupos como o produto vendável - como o é o aldogão - em relação aos outros produtos (feijão, milho, fava) ela entra também no consumo direto.

Só tomei uma vez, ainda passei três anos apertado. Só vivia no alugado, enquanto minha plantação ficava com a mulher e duas moçotas que eu tenho". (Proprietário)

Condições de trabalho: "Pronto, taí um que sabe como é o rojão daqui. Ele mesmo tem terra, mas o ano passado passou a maior parte no alugado. Ou era assim ou os filhos não comiam". (Posseiro)

"Tiro 4 dias no meu e o resto é a um e a outro. Às vezes... tem semanas que deixo a família cuidando e saio por aí - quando não tem por perto. Aqui é assim. A gente se divide prá dá conta da luta com a agricultura... senão morre tudindo". (Posseiro)

"As ferramentas é tudo comprado com dinheiro ganho... quando não dá a gente toma emprestado". (Proprietário)

"Eu avisei três vezes a ele (da invasão do gado). Por fim me aborrcí tanto que apanhei o que dava e deixei o resto. O pessoal disse que tinha direito mas eu resolví não levar a questão (para o sindicato). Também ele já tinha me ajudado certa vez.. eu estava de mãos atadas". (Arrendatário)

Moradia: "A moça do Posto fez uma campanha de fossa e filtro. Mas se há de gastar com tijolo é melhor comprar um par de roupa prá cada um".

"O maior gasto do ano? Bom, acho que foi com remédio. Logo deu uma fraqueza em todo mundo e eu gastei com muita viagem".

"(O número de pessoas que ajuda) varia muito. Quando tá tudo com saúde, vão os seis. As vezes dois caem doentes. Varia muito".

Alimentação: (compra na feira) "Não tem uma conta certa do gasto na feira... se gasta o que se conseguiu arrumar durante a semana, é cem, é duzentos... varia. Com aquele dinhei-

ro se compra de tudo, do sabão à rapadura".
"Mesmo que o dinheiro seja pouco, tem que dá.
Se faz assim uma base das necessidades maiores. O que não dá prá comprar, se passa....
Se é por exemplo prá escolher o querozene ou açúcar do leite (das crianças) se fica no es
curo. Nem que seja sô a rapadura".

De modo geral, a organização da produção nas unidades domésticas se faz em torno do chefe da família. É este que de
cide o que plantar e em que proporções, no caso do plantio com
binado. Não há relação estreita entre ser homem e ser o orga
nizador da produção. Assume o papel de organizador da produ
ção quem, às vezes circunstancialmente, quem está melhor habi
litado para tal. Quando o marido passa dois ou três anos no
sul trabalhando "para melhorar de vida" a mulher ou um dos fi
lhos adultos assume a responsabilidade da decisão sobre a pro
dução. Quando não existem filhos adultos, a mulher se encarre
ga sozinha de organizar o plantio, contratando homens para as
fases de trabalho mais pesado. As mulheres viúvas se encarre
gam também dessa tarefa, mesmo que outras pessoas da família
orientem o seu trabalho (irmãos, cunhados, etc). Ocorre o mes
mo com mulheres cujos maridos são doentes ou muito velhos. Quan
do, entre o casal, é a mulher quem assume a maior parte das
despesas (caso das professoras primárias) ela tem junto ao ma
rido influência marcante na organização da produção da unida
de familiar.

CAPÍTULO II - AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA ÁREA

As relações homem/terra na área da pesquisa correspondem às variações encontradas, de modo geral, na agricultura brasileira.

Deve-se ressaltar que o processo de expropriação do trabalhador rural no Brasil ocorreu e ocorre em ritmos e tempos diferentes nas várias regiões. Em função disso é que julgamos necessário explicitar as condições de produção e trabalho do pequeno proprietário, arrendatário, posseiro e diarista, de modo que se possa aclarar algum tipo de particularidade na população estudada.

O Pequeno Proprietário

Dentre as categorias citadas, a do pequeno proprietário parece ser bastante numerosa. Num levantamento preliminar do tamanho da terra tem-se variação que vai de 1 mil covas a 19 mil covas¹. No entanto, são raros os casos que excedem 16.650 covas (correspondente a 5 hectares). Casos mais frequentes não ultrapassam os 3 ha.

A grande maioria dos pequenos proprietários trabalha em outras terras como diarista. A venda de sua força de trabalho, associada à venda de parte de sua produção e ao consumo do alimento produzido é a medida possível para sua sobrevivência. Uma vez que suas roças se constituem de gêneros que

(¹) "Mil cova" é a medida usual na área. A unidade hectare, correspondente, pelas estatísticas oficiais é de uma média de 3.330 covas. Ou seja 3.330 covas = 1 ha. Essa medida pode variar de acordo com a técnica de plantio no que se refere à arrumação do espaço físico.

não carecem de cuidados permanentes e entram na dieta alimentar como elementos básicos (feijão, milho, fava). o pequeno agricultor divide o tempo de trabalho entre sua terra e os serviços de "limpa", "planta" e outras atividades não estritamente agrícolas em outras terras, em geral, de maior dimensão. Isto é o que permite o recrutamento da mão-de-obra "disponível" da área.

Assim, se de um lado, o trabalhador é liberado de sua própria terra pelo tipo de cultura, do outro é expulso temporariamente dela à procura de complementação de sua sobrevivência.

Quanto à origem da propriedade, não se trata de terra comprada pelo agricultor atual, mas de propriedade herdada. É comum o marido passar a ter o pedaço de terra que, na família da mulher, lhe corresponda como herança, ou vice-versa. Esse mecanismo de divisão de terra em herança pode ser pensado como um dos motivos que poderia justificar áreas minúsculas de terra².

Alguns que se dizem donos da terra não são necessariamente portadores do título legal de propriedade. Trata-se, às vezes, de terra trabalhada por várias gerações, cadastrada pelo INCRA e pela qual o agricultor paga imposto sem, no entanto, possuir título de propriedade.

O acesso à terra se dá, portanto, por três vias: divisão da terra por herança, cadastramento de terras devolutas e compra.

O Arrendatário

O arrendatário não é, evidentemente, o grande arrenda

(²) Na população entrevistada durante a pesquisa, apenas um agricultor teve acesso à terra pela compra. Pelos dados que permitem caracterizá-lo, podemos dizer que se trata de uma situação excepcional, onde o traço marcante parece ser o fato de tratar de marido e mulher apenas. Logicamente, diminui o quantum que deve entrar para a reprodução da unidade de produção e pode-se aumentar a área de cultivo do produto comercializável. O que possibilitou, no entanto, a compra da terra foi, segundo esse agricultor, a venda de toda a safra de algodão "a um bom preço" e a venda de alguns porcos e galinhas. O tamanho dessa terra é de cinco mil covas (menos de 1,5 ha) e seu preço Cr\$ 1.500,00.

tário. O pequeno arrendatário é geralmente, despossuído da terra. A quantidade de terra arrendada é pequena. No caso de ser somente arrendatário e diarista, a área total de terra trabalhada varia de 4 a 5 ha. Há casos em que se arrenda uma mil cova de terra apenas. Além da área pequena, o arrendatário terá que dividi-la entre o cultivo de produtos alimentares e um produto comercializável, que em princípio, possa garantir o pagamento anual da terra³. Pode-se concluir que, tanto a produção de alimentos quanto a produção para a venda, são irrisórias⁴. Pelos dados que dispomos, não é possível quantificar o volume da produção da terra arrendada, pelo seguinte motivo: o agricultor soma sempre o volume de produção desse terreno com o do outro que planta - próprio ou de posse, por exemplo. No entanto, pelo tamanho da terra cultivada é fácil se chegar a essa afirmativa.

Mais uma vez, portanto, essa combinação entre produção para venda e para consumo se coloca como a medida possível da reprodução. Também no caso do arrendatário é feita a combinação entre o plantio da terra arrendada e venda da força de trabalho. O tamanho da terra não difere muito dos pequenos proprietários podendo, portanto, essa relação ser entendida como uma das possibilidades de acesso à terra.

O Posseiro

O posseiro (na área) é o agricultor que não possuindo terra própria produz alimentos em terra cedida, pela qual não paga renda sob nenhuma forma usual e aparente. É em geral, também trabalhador diarista. Os "dias de serviço fora" são, em geral, em terras do grande proprietário que lhe possibilitou o plantio de sua própria produção. O trabalho assalariado, no caso do posseiro, parece ter outra explicação além de complementação da sobrevivência. A aliança posseiro - diarista

(³) Nos anos de 77 e 78 "a renda", nome usado para o aluguel anual da terra variava entre duzentos e trezentos cruzeiros, sem relação constante com a área arrendada.

(⁴) Os produtos para o consumo são, basicamente, batata, feijão, inhame, macacheira e milho. Raramente se planta arroz porque o tipo de terra a que tem acesso o produtor dificilmente é uma terra fértil - uma "vazante" por exemplo.

pode ser explicada pelo fato de que, num primeiro momento, a terra que lhe é cedida está em condições quase selvagens. O fato de plantar numa terra por ele "desmatada" e "destocada" parece significar, nesta primeira fase, a incerteza do que possa vir a ser sua produção. Além disso, são poucos os braços com que pode contar nesse momento - além de só contar com a mão-de-obra familiar, o agricultor não costuma levar os filhos mais jovens e sua mulher para esse tipo de tarefa "pesada".

A relação assalariada, mesmo esporádica, parece ser também garantia para o incipiente nível de vida, em contraposição ao uso de uma terra que pode ser requisitada a qualquer momento, em virtude da inexistência de garantias nas formas de contratos usuais⁵. A restituição da terra se dá, quase sempre, antes que se complete os três anos previstos como prazo contratual mínimo⁶. No terceiro capítulo analisaremos mais de perto o posseiro, quando avaliaremos o significado que essa doação de terra passa a ter em função da criação de gado, fertilização da terra e facilidades de financiamento que o grande proprietário⁷ sempre consegue obter.

O Trabalho Assalariado

Pelo que já foi dito, o diarista (assalariado temporário) aparece como categoria que perpassa todas as formas de relacionamento do homem com a terra. Muito dificilmente se é somente proprietário, arrendatário ou posseiro. Isso se deve ao processo de penetração e consolidação da relação assalariada expressa na extração regular do sobretrabalho.

Há uma certa variação na procura de dias de serviço. Quanto maior é a família, mais dias o chefe da casa passa em plantações vizinhas para "ganhar o dia". Parece bastante clara a razão. Sendo "maior o número de boca prá dá de comer" o salá

(⁵) O contrato não é mais que o consentimento do proprietário em ceder a terra por três anos, e é feito "de boca".

(⁶) A cada novo contrato os posseiros são obrigados a aceitar terras virgens, como imposição do proprietário para renovação de contrato.

(⁷) Os anexos III, IV e V, permitem caracterizar a distribuição e tamanho das grandes propriedades na área.

rio pelo dia de serviço serve para "ir fazendo a arrumação, enquanto chega o nosso". Além do mais, outros membros da família o substituem na própria lavoura. Em geral, quando o chefe da família sai para trabalhar fora, sai sozinho.

"Quando eu saio assim, saio só. É muita sujeição. Além do que eles não querem pagar (à mulher e aos filhos não adultos) um dia de trabalho de um homem. Pagam a eles a metade do que pagam a mim, e o trabalho é o mesmo".

Em síntese, o conjunto dos produtores de nossa área de pesquisa pode ser definido como: pequenos proprietários, arrendatários e posseiros ou "acomodatários."

Entendemos estas três relações de trabalho como variações nas formas de organização da vida produtiva do pequeno produtor rural. O fato de ter ou não acesso à terra como proprietário não deve ser tomado como acesso ou não às condições e meios de produção. O acesso à terra nada mais é do que uma das possibilidades de reprodução de uma população cuja força de trabalho não é utilizada integralmente pelo capital. Isso significa dizer que o acesso à produção direta é uma das vias permitidas pela própria forma de acumulação. Isso implica afirmar que o capitalismo, diga-se, o modo de produção capitalista, não é nenhum tipo de epidemia que devora todas as formas de vida de uma só vez, num mesmo ritmo e simultaneamente em todos os lugares. Ao contrário, é um tipo de epidemia que, por vezes, deixa seqüelas, sem que se tenha sido substancialmente contaminado. É o que parece acontecer com a produção de subsistência, pelo menos na região que estudamos. Para que se afirme que essas unidades de produção estão submissas ao movimento do capital, ao modo de produção do qual fazem parte, não é necessário que se afirme que o capitalismo já negou toda e qualquer relação anterior com o meio de trabalho terra.

Se as condições históricas de realização do capitalismo expropriou produtores, esse mesmo processo pode significar o remanejamento da estrutura fundiária, a mutação das relações de produção, mas parece não ter sido suficiente para arrancar do homem do campo sua habilidade e sua conseqüente ligação com a terra. "A pequena produção em geral se mantém, mas num pro-

cesso acelerado de pauperização e extrema exploração... (Grazi ano, op. cit., pág. 35)

Nesse sentido o plantio de alimentos pode significar uma das possibilidades de trabalho para o homem rural, na medida em que propicia ligação com o meio de trabalho do qual retira parte de sua sobrevivência. Ao realizar essa possibilidade, o pequeno produtor reproduz uma população de reserva que poderá, posteriormente, ter outra função para a acumulação do capital. Ao mesmo tempo toma a seu encargo parte da reprodução da população assalariada, expressa por baixos níveis de existência⁸. A produção de alimentos cumpre, portanto, também o papel de manter a aparência do vínculo homem/terra, na medida em que é esta a fonte básica de sua subsistência. Quando falamos de vínculo aparente estamos pensando que o processo histórico que despojou o produtor das condições objetivas de trabalho já se consolidou. Em consequência, é preciso ter cuidado com a importância que parecem ter certas formas de apropriação e posse de parte dos instrumentos de trabalho e meios de produção, por parte do produtor. Em nada podem ser idênticos ou parecidos o produtor que hoje tem (ou ainda tem) parte desses instrumentos e o produtor que, no processo histórico já percorrido, teve (e deixou de ter) parte desses instrumentos.

A explicação para a posse ou propriedade dos instrumentos de trabalho não deve ser buscada no processo onde o capitalismo ainda estava em período de gestação. O mesmo se diga com respeito ao vínculo com a terra. Este vínculo foi desfeito num momento primeiro das várias negações sucessivas que por fim, colocam o homem como unicamente possuidor da força de

(⁸) Essa é uma argumentação com a qual concordamos se bem que somente, no caso, em que se comprove que a produção resultado das unidades de produção familiar, chega efetivamente à cesta de consumo de trabalhador assalariado tal como consegue mostrar Francisco de Oliveira, na Crítica à Razão dualista. Não é, parece, o caso da população que estudamos, uma vez que a produção nessas unidades é insuficiente até para a reprodução de seus próprios membros, principalmente na entressafra.

trabalho⁹.

Daí porque pensamos o vínculo com a terra como vínculo aparente. Uma vez que p capital e o capitalismo se constituem como um dado, no momento presente, seria um erro tomar certas de suas características e explicá-las pelo processo histórico que acompanhou o seu nascimento. Dito de outro modo, essa população não pode ser vista pelos olhos do capital de forma diferente, pelo simples fato de ter "escritura" ou de manter com a terra apenas relação juridicamente não formalizada.

Uma análise linear do problema levaria a que se pensasse na constituição de uma população bipartida quanto à utilização da força de trabalho. Ora seria uma população para o capital, ora não. Não é isto o que queremos afirmar.

Na venda da força de trabalho, pelos dias de serviço nas grandes plantações encontram-se vendedor e comprador de força de trabalho. E para que o comprador se constitua como tal, para que disponha de capital variável que possibilite re-

(⁹) Nas formações Econômicas Pré-Capitalistas, Marx descreve detalhadamente o processo histórico de transfiguração da relação do trabalho com o capital através de quatro formas sucessivas de dissolução: dissolução da relação com a terra, dissolução da relação de propriedade do instrumento, dissolução da apropriação dos meios de consumo necessários ao próprio processo de produção e dissolução das relações onde os trabalhadores (como unidades de força de trabalho) "são ainda parte direta das condições objetivas de produção", etc. (pág. 92 e 93). Nas páginas seguintes, Marx explicita como se deram esses vários passos de negação sucessiva que, por fim, transformam o trabalhador numa unidade de força de trabalho. É interessante reter duas citações. Uma que se encontra na página 93 e que diz: "A fórmula "capital", em que o trabalho vivo se apresenta numa relação de não propriedade relativamente à matéria prima, aos instrumentos e meios necessários durante o período de produção, implica, em primeira instância, a não propriedade da terra..." "Potencialmente, a propriedade da terra inclui a propriedade das matérias primas e a do instrumento original de trabalho, o solo, e, também, de seus frutos espontâneos". Nas páginas 98 e 99 Marx mostra como esse processo não significa uma ruptura mecânica com as condições originais de realização do trabalho, mas numa mudança nas formas de produção de vida material. "O que interessa nesse ponto é o que se segue. O processo de dissolução que transforma a massa de indivíduos de uma nação, etc, em potenciais trabalhadores - assalariados livres - indivíduos forçados, simplesmente por sua carência de propriedade a vender seu trabalho - não pressupõe a desaparecimento das fontes anteriores de renda ou (em parte) das condições anteriores de propriedade desses indivíduos". Formações Econômicas Pré-Capitalistas, Rio, Paz e Terra, 1975.

munerar o trabalho há necessidade de garantir o crescimento do capital constante. Isto quer dizer: necessariamente terá que usar o menor capital variável possível sem perda, é claro, da produtividade do trabalho. A isto adicione-se que, pela necessidade imediata do trabalhador, seu poder de barganha é pequeno e sua força de organização é praticamente inexistente, fatos que facilitam a dilapidação do valor da força de trabalho.

Na produção direta, mesmo que se dissesse dessa população que ela "ora trabalha para si", "ora planta feijão", "consome sua própria força de trabalho", não se poderia pensar num processo de produção direto auto-gerado. Isto nos remete ao problema da autonomia do processo produtivo.

Que autonomia tem o produtor de alimentos em relação a sua produção? A resposta parece ser: nenhuma. Essa autonomia aparece para diferenciar o processo de trabalho nas duas produções (a sua e a do grande proprietário para quem trabalha). Parece que aí confunde-se mobilidade e poder de decisão na produção de alimentos.

Vejamos como se colocam os agricultores a este respeito.

"A vida de um agricultor é de muito sofrimento. Só tem uma coisa que nós agricultores achamos bom: é somente se a gente trabalha assim num roçadinho dele mesmo, é a liberdade que a gente tem de, por exemplo, num dia de chuva ou numa semana toda de inverno como acontece, a gente não tem preocupação... fica preocupado sim como vai adquirir o dinheiro de fazer as compras, mas ele não fica preocupado, obrigado a trabalhar no roçado dos outros, tudo isso. Ele fica em casa fazendo alguma obrigação dele. Agora, que de sofrer é muito, porque muita gente deixa de trabalhar na agricultura porque se trabalha com "ganho" nas propriedades alheias é mandado toda hora, e serviços de piores a piores, só serviço de acabar com ele. Apenas o que a gente acha bom, é só esse direito que a gente tem de não viver subordinado a horário de traba

lho, da parte de quem tem o seu pedacinho de terra ou de quem trabalha assim de posse. Es se não vive obrigado. Mas se ele não tem uma fonte de economia... outra renda, de qual-quer maneira ainda está obrigado a deixar o dele prá fazer o alheio".

Essa suposição de "mesmo assim se ele não tem outra fonte de economia... outra renda" "está obrigado a deixar o dele prá fazer o alheio" (que é afirmação muito frequente, e que na verdade não existe outra "fonte de renda") mostra como é fantasiosa a autonomia do produtor mesmo no caso de possuir roçado próprio¹⁰.

Esta é uma das razões porque percebemos o assalariamento temporário e a comercialização como complemento à reprodução desses grupos e não como relação estranha onde se combinem relações pré-capitalistas e capitalistas.

O produtor de subsistência e sua família fazem parte da sociedade nacional e, como tal, estão sujeitos ao movimento dela. Os grandes capitais, as grandes empresas é que ditam as regras do jogo. O pequeno produtor nada mais faz do que tentar sobreviver nos quadros das possibilidades imediatas de sua produção. O sistema de financiamento e acesso direto ao mercado são possibilidades esporádicas, quando não se constituem em causas de endividamento.

Quando o agricultor vende sua produção ao intermediário e não diretamente a uma cooperativa ou a uma empresa, é por que não há condições de proceder de outra maneira.

"Tem o problema do transporte que é o que obriga mais a vender ao intermediário. Somente por conta do transporte. A firma paga pelo preço mínimo mas ela não manda nem os "panos" (sacos) prá gente amarrar o algodão. O

(¹⁰) É ilusório pensar na existência de unidades de produção autônomas inseridas no contexto do capitalismo. A menos que se comungue teoricamente da idéia da coexistência de vários modos de produção e se corra o risco de confundir processo direto de trabalho com modo de organização das forças produtivas e relações de produção. Se é fundamental reter as especificidades numa formação social dada, é imprescindível que se retenham as articulações gerais do movimento do capital. No nosso caso, é importante considerar a invasão do mundo das trocas mercantis se se quiser entender a agricultura de alimentos como "subsistên-

cara tem que dá viagem lá em São Tomé prá ir buscar os panos, depois tem que pagar o caminhão, pagar o cabeceiro prá carregar o caminhão, e quando é no fim fica por menos do que o preço da venda ao intermediário. Porque o intermediário já tem aquelas pessoas que fazem esse serviço dele. Então ele ainda paga um precinho melhor do que a gente botando diretamente prá firma".

"Dá condições de vender pelo preço mínimo o proprietário que produz 70, 80 ou 100, cento e tantas toneladas de algodão. Aí tem vez. Mas, só quem produz um caminhãozinho de algodão, uma família como a gente lá...

"Anos, tem bons. Como foi 76. A gente produziu dois caminhões de algodão. Mas não dá. Se a gente for se submeter a fazer diretamente com a firma prá pagar cabeceiro, pagar caminhão, ir buscar os panos, essa coisa todinha, quando a gente acaba de tirar as despesas fica por menos ainda".

A autonomia do produtor de alimentos deve, portanto, ser avaliada pelas condições concretas de produção, comercialização e reprodução da força de trabalho. Vejamos o que ocorre na esfera da produção imediata. Para que comece a trabalhar é necessário que possua alguma reserva em sementes ou em dinheiro. Não são raros os casos em que o agricultor "planta fora do tempo" por não ter essas condições. O trabalho assalariado assume, então, grande importância e é o que possibilita o acesso aos insumos. É nessa época que o chefe da família dá mais "dias de serviço fora".

"A senhora vê, eu trabalhava na salina mas era desse jeito: eu botava o roçado no sábado. Eu tirava um dia de sábado. Eu tirava um dia assim, como um dia roubado, num sabe? Hoje amanhecia o dia e eu ia lá pro meu serviço - as vezes eu nem sabia - eu trabalhava aquele dia, trabalhava dois dias. Aí, quando ele sabia que eu estava trabalhando no meu

serviço, aí o contador ia me buscar, e eu vinha. Ele chegava e dizia: 'é prá ir prá sa lina; você não me pediu prá trabalhar no seu'. O pior é que eu não tinha com quem deixar o roçado. Lá em casa somos 6, eu, a mulher e quatro meninos. Mas não ajudam, é tudo miudinho, de cobrir com um balaio".

"Esse ano ainda não plantei. Ainda não botamos (o roçado). Estamos esperando a decisão dele (o proprietário)".

"A terra que eu trabalho não dá 5 mil covas, porque eu não posso. Vontade de trabalhar eu tenho. Mas não tenho financiamento, não tenho quem me ajude também. Eu tiro um dia, dois, por semana; três, quatro tem que ganhar prá fazer a feira".

"É, a senhora disse certo. Já era prá eu ter plantado. O inverno tá aí. Mas como é que eu posso? Faz duas semanas que eu venho trabalhando no alugado, fazendo cerca, enquanto a família vai preparando as covas de terra. Mas o dinheiro que eu recebo tenho que gastar com as compras, que não hei de ver meus filhos sem comer. Até agora não deu prá juntar quase nada prá sementes. Falta de coragem não é, sou homem prá pegar enxada de sol a sol".

Se somássemos os discursos dos entrevistados chegaríamos mesmo a comprovar a não autonomia no processo imediato de produção. Percebe-se que são vários os mecanismos que impedem de pensar em produtores autônomos. Um deles (talvez o mais importante) é a vinculação ao sistema de mercado. Não que o mercado determine as regras do jogo por si só. Mas, se partimos não do mercado para as unidades de produção, mas delas mesmos, tendemos a aceitar que, ou o produtor vende parte de sua produção ou ele não complementar a sua reprodução pela compra, no mercado, dos bens que não produz.

Por outro lado, os preços correntes no mercado não remuneraram satisfatoriamente o produto do trabalho dessa população. Há sempre uma insatisfação por parte do produtor quan

calcula a qualidade de seu trabalho e de sua família, o dispêndio de energia gasta e a quantidade da área cultivada em função da aquisição de um litro de óleo, por exemplo. Pelos cálculos que fazem dizem produzir bem mais algodão (portanto bem mais caroços) do que o que resulta contido naquela lata, por aquele preço. "Nessas horas é que a gente vê que o nosso produto é mal pago". Está sempre presente a idéia de que o trabalho deveria ser recompensado por ele mesmo. É como se fosse possível que cada trabalhador tivesse na relação com a mercadoria uma troca justa, o pagamento do produto de seu trabalho.

Um outro mecanismo que deve ser lembrado quando se analisa a autonomia dos produtores diretos é o financiamento agrícola. Quando um pequeno produtor faz um financiamento, em geral para se desvincular de empréstimo anterior, começa uma cadeia de dívidas crescentes que ele não consegue controlar. Muitas vezes compromete sua produção mesmo antes da colheita.

"Muitos coitados, vende antes de colher. No caso, por exemplo, em lugares que eu conheço na região mesmo de Serra Branca, Serra da Formiga, todas as comunidades vizinhas ali que eu tenho contato com o pessoal, é vamos dizer assim, é 3% que tem condições de armazenar prá ficar consumindo entre uma safra e outra. Mas o resto vende antes de colher. Tem muitos que vende antes de colher... Com aquele dinheiro ele vai pagar o que está devendo de um empréstimo ou coisa assim. Porque ele não tem outro financiamento; porque se vai atrás de quem tenha dinheiro, eles são emprestam - os melhores a 5%; aí não tem cristão que junte dinheiro prá pagar dinheiro a 5%". "Quando a gente faz empréstimo no banco só faz se tiver a fiança dos grandes. Mesmo assim, só é mesmo prá se afundar. Que nem eu mesmo, ví um companheiro quase enfraquecer do juízo. No fim da colheita não deu prá pagar ao banco, o banco deu outro prazo, mas ele não podia pagar mesmo. Vivia que nem um cão sem dono se oferecendo a um e a outro prá ganhar e pagar".

É muito raro o acesso ao financiamento bancário. Em geral, é dirigido a grandes e médios proprietários, dado os pré requisitos exigidos. De acordo com Graziano "não há nenhuma política de favorecimento da pequena propriedade, em momento algum da história brasileira. Ela se desenvolve à margem ou à sombra da grande propriedade, como seu apêndice"¹¹. Por outro lado, o financiamento em si muda em pouco as condições de produção se se mantêm todos os outros fatores - mesma terra, mesma fertilidade, mesmo tamanho, mesma quantidade de trabalho investido. Mesmo se aumentada a quantidade de trabalho investido, não se terá, necessariamente, um aumento de produtividade. Dá-se, nesse caso, um aumento da jornada de trabalho da unidade familiar, isto é, "um aumento da exploração do pequeno produtor e de sua família e não um aumento da produtividade do trabalho"¹².

Por fim, dado as dívidas contraídas pelo agricultor nas "bodegas" para suprir parte de seu consumo ou empréstimos aos grandes e médios proprietários, é possível se pensar que o financiamento bancário é dirigido também para saldar essas "contas". A parte investida na produção, dado o nível de produtividade já mencionado, não seria suficiente para garantir "lucro" que viesse a saldar a dívida bancária. O processo de endividamento crescente parece ser característica que comprova o nível de pauperização do agricultor e nega sua autonomia.

"Quando se faz um empréstimo no banco, não tem esse que não fique pendurado... logo, tem outras "contas" prá acertar. Em vez de botar tudo no roçado, vai logo saldar aquelas dívidas".

Mesmo nos processos reivindicatórios, o agricultor também não pode ser considerado autônomo. A burocracia e a mercantilização das reivindicações funcionam como alavancas que impedem - dado o nível precário de organização coletiva - uma ação mais eficaz na luta pelos seus direitos.

"Tudo para o meio rural é difícil. Principal

(¹¹) Graziano da Silva, J F op. cit. pág. 34.

(¹²) Graziano da Silva, J F op. cit. pág. 80 e 81

mente o sindicato. Quando ele (o agricultor) cai em certa situação difícil, que os proprietários tomam as terras, destruição da lavoura, tudo isso, muitas vezes ele não tem com que (condições financeiras para) sair de casa. Muitos perdem o direito que tem porque não tem condições de sair. Ele não pode viver gastando e andando, e perdendo dia de serviço. Muitos perdem os direitos por isso. Quando tem caso de acidente, tem amparo pela lei, e muitos ficam em casa, não pode ir "dá parte"; esse trabalho de burocracia você sabe como é, é muito complicado, não é? Tem dificuldade... então muitos agricultores não estão preparados para essa tal coisa e diz que os direitos é prá quem está perto das leis... O homem do campo mesmo, não é assistido em tudo não. Perde por falta de condições. Quando dá prá ele ter o direito, ou alcançar aquele direito, mas aí a situação financeira ainda faz com que ele fique sem aquele direito".

Não existe portanto autonomia. Nem poderia existir, em se tratando de unidades de produção minúsculas, controladas e comprometidas com as regras da produção capitalista. Alie-se a tudo isso um quadro maior - acesso ou não à propriedade e as condições de controle social da produção - e se terá desmistificado o gradiente que se poderia estabelecer da autonomia desses agricultores, pelo fato de serem ou não proprietários da terra ou dos instrumentos de trabalho.

A pequena produção não pode, portanto, ser considerada como uma escolha. É uma possibilidade imposta. "Face à escala de estímulos vigorantes no setor agrícola, só produz alimentos aquele que não tiver recursos para mudar de atividade. Se melhorasse o nível de vida dos agricultores, essa melhoria se transformaria, possivelmente, num efeito da substituição da produção de alimentos por outras mais vantajosas"¹⁹.

(¹³) Sá, Jr. F. O desenvolvimento da agricultura Nordestina e a função das atividades de subsistência. SP. Estudos CERRAP 2. 1975. não.117.

CAPÍTULO III - A QUESTÃO DO EXCEDENTE

Já vimos que o agricultor divide sua terra entre um produto comercializável e produtos que entram em seu consumo direto e divide seu tempo entre a própria produção e a venda de "dias de serviços".

Quanto ao produto comercializável julgamos ter deixado claro que ele cumpre as funções de cobrir gastos com a produção e com parte da alimentação, vestuário, etc., que não são produzidas pelo agricultor.

Pretendemos agora, nos deter mais de perto, na produção dos alimentos.

A pergunta que se nos coloca é a seguinte: por que é vendida parte da produção de subsistência? O volume dessa produção excede ao consumo da unidade de produção no período da entressafra? Há de fato um excedente entre o volume da produção e o volume do consumo familiar? Se não, quais as razões que levam o agricultor a vender parte da produção de alimentos?

O plantio de alimentos é, no máximo, suficiente para a alimentação da família no período que vai de uma colheita a outra. Há casos em que sua produção é apenas parte do que é consumido no período, fato que se deve, em grande parte, ao tamanho da terra cultivada, fertilidade, e número de braços disponíveis na família. Por conseguinte, ou o volume da produção de alimentos é parte do consumo da família, ou é apenas a medida limite suficiente desse consumo.

Dadas essas condições, não há excedente na produção de alimentos no grupo em questão. Não há excedente na produção, no sentido de uma diferença entre produção e consumo. Descartamos, portanto, em primeiro lugar, que a razão da venda de parte da produção de alimentos seja a existência de um exceden

te quantitativo.

Por outro lado, se não é um excesso de produção que leva o agricultor a vender seus produtos, qual a razão? O preço favorável de tais produtos? A escassez deles na localidade?

Também nenhuma dessas possibilidades justifica a venda dos alimentos básicos para o sustento da família uma vez que são comuns aos pequenos agricultores nas várias localidades. São comuns também o tempo em que se desenvolve essa produção e a variedade de produtos. Seu preço é sempre baixo, na época em que são vendidos. Escassez do produto e conseqüente preço compensador são, também, eliminados como razão da venda.

A precariedade ou total ausência de condições de armazenamento poderiam ser consideradas como razões adicionais da venda dos produtos alimentares mas - parece-nos - nunca a razão fundamental. Para tratar do problema do excedente se faz necessário tentar, em primeiro lugar, uma interpretação do quadro maior em que se realiza a produção agrícola no Brasil.

A produção de subsistência se circunscreve, no quadro da agrícola geral ou, se se quizer, da agro-indústria. Além do mais numa formação social onde o modo de produção é capitalista. Isto é, numa sociedade onde as unidades produtivas, por menor que sejam desde que incluídas no sistema global, não podem se constituir em unidades produtivas autônomas e fechadas, no seio das quais produção e consumo sejam auto-suficientes.

Vamos nos deter mais de perto na prática mesma do processo de produção dessas unidades.

Para que o exercício da produção tenha continuidade, o produtor precisa de insumos a que, necessariamente, só tem acesso por meio da troca. Como se trata de troca capitalista, um dos pressupostos para a sua realização é que se tenha dinheiro. O dinheiro é assim o único meio de acesso aos produtos que entrarão no próximo ciclo produtivo. Assim, a venda do produto comercializável e a venda da força de trabalho, aliadas quase sempre à venda de parte de sua alimentação, são as vias mais comuns de acesso ao dinheiro.

Ater-nos-emos aqui à venda de parte da produção de subsistência. No próprio ato de preparar a terra há uma divi-

são entre a área em que se cultivará o produto destinado à comercialização e a área destinada ao cultivo dos produtos para consumo. O cultivo do produto comercializável tem o objetivo claro de proporcionar acesso ao dinheiro, como condição de comprar outros bens não produzidos pelo agricultor, dentre eles os que servirão de insumos no próximo plantio. Diga-se que esta forma de acesso aos insumos é apenas garantia parcelar, uma vez que é na época de iniciar o plantio que se dá a maior intensificação da oferta de trabalho com o fim de conseguir esses insumos.

O dinheiro que advém da venda do produto comercializável - em geral um só, algodão ou mandioca - serve também (ou pelo menos deve ter a função de) liquidar dívidas contraídas pelo agricultor durante o ano. No caso dos alimentos, o objetivo da venda não é explícito. Quando se pergunta o destino desta produção, os entrevistados esclarecem que "é só para o consumo", embora em muitos casos, parte desta produção seja vendida.

Pelo tamanho da área cultivada, pela ausência de qualquer beneficiamento mais eficaz¹, pela dificuldade de financiamento, além de outros fatores, como já foi mencionado, a produção é irrizória. O volume da produção de alimentos não é sequer suficiente para o consumo da família no período de uma safra à outra.

"O feijão que a gente chegou a colher não deu para o consumo até o fim (do ano de 77). Daqui a chegar outro, tem que comprar". (Esse agricultor é um dos que tem melhores condições. Cultiva em terra do sogro e possui 6 cabeças de gado).

Não há portanto excedente de produção. A venda desses produtos (milho, feijão, eventualmente, batata doce, etc.) está atrelada às necessidades imediatas de sobrevivência desses grupos. Em princípio, se recorrerá a outros meios para adqui-

(¹) Apenas como experiência um grupo de agricultores usou adubo químico na produção de algodão. Mesmo assim o fez em parte do terreno somente, e a experiência, mesmo tida como vantajosa a nível do volume da produção, não foi repetida.

rir dinheiro, sempre que se puder preservar esta produção. O trabalho assalariado, na forma de dias de serviço, é o que repõe as necessidades imediatas.

"Eu trabalho fora, não tem quantidade de dias certo. É dois dias, três na semana, depende da precisão. Semanas eu me faço de duro, fico dentro do roçado, e assim eu vou".

"A semana atrasada eu tive que trabalhar prá Seu Medeiros a fim de arranjar a feira".

Se o trabalhador tem necessidade de comprar alimentação para a família, - um vidro de remédio, ou uma enxada, por exemplo, vende seu dia de serviço. Se não há, na época, quem o compre, vende parte de sua alimentação.

"Só mesmo numa precisão muito grande. Numa doença, por exemplo. Se não estão pagando dia a ninguém - porque acontece épocas de não ter quem precise - aí eu vou e vendo uma cuia de feijão"

Se as duas possibilidades falham, "se passa".

"Se a senhora não arranjar o que comer hoje a senhora não morre por hoje. Arruma para amanhã e escapa sempre".

Portanto, a venda de parte da alimentação só se dá em casos de extrema necessidade. Para suprir as necessidades, se recorre em primeiro lugar ao trabalho assalariado. Há um certo zelo pelo produto do próprio trabalho. Além do mais, sempre que se comercializa parte dos produtos destinados à alimentação se observa uma diferença muito grande entre o preço de venda e o preço de compra na ocasião em que o mesmo produto passa a ser necessário.

A explicação para a venda dos alimentos parece ser norteadada pela medida possível de reposição-reprodução da força de trabalho.

Na agricultura de alimentos o tempo gasto na produção e o tempo "roubado dela para se assalariar" é todo ele necessário. Pode-se dizer que a quantidade de trabalho incorporada é alta e o tempo total de energia produtiva dispendida apenas possibilita reproduzir todos os membros da família - tanto a-

queles que já deixaram de trabalhar quanto as crianças.

Embora seja difícil delimitar o tempo médio na agricultura de alimentos, uma vez que esta se encontra mediada pela subsistência imediata, é preciso lembrar que a pressão demográfica sobre os minifúndios, combinada com o desgaste do solo e a não extensão da área de terra, leva a que se prolongue a jornada de trabalho, sem que, no entanto, se aumente a produtividade do trabalho e o volume da produção. Portanto, o que parece ocorrer com as unidades de produção familiar de cultivo de subsistência é o aumento progressivo do tempo de trabalho necessário para reproduzi-las. Essa suposição pode ser enriquecida pelas formas concretas dos arranjos nas relações de trabalho, que expressam justamente a tentativa de, pelo menos, manter o nível da produção social dentro de limites viáveis.

Se essa suposição se sustenta, vale como argumento o fato de que, embora busque o agricultor várias formas de reprodução de maneira simultânea, ele não chega nunca a produzir alguma forma de acumulação².

O que interessa reter é que a sobrevivência da unidade de produção familiar fica circunscrita a um quadro de subconsumo não importando o aumento da jornada de trabalho que inclui o trabalho gratuito e a cooperação das crianças.

O aumento da jornada de trabalho está sempre aliado no discurso do trabalhador com a escassez de alimentos e as dificuldades da vida de modo geral. Os relatos de que "antes tinha mais fartura", "se trabalhava menos e colhia mais" nos levam a crer que o tempo necessário caminha, em escala ascendente, passo a passo com a pauperização, ou seja, à medida que a pauperização se acentua aumenta o tempo de trabalho socialmente necessário para esses grupos.

Não há um produto excedente, uma vez que todo o trabalho investido nessa produção é insuficiente para prover satisfatoriamente a alimentação e outras necessidades das unidades

(²) Não concordamos com a possibilidade de pensar numa "acumulação camponesa", mesmo porque, em anos que a produção deixe algum saldo, este servirá ou para repor algumas necessidades tidas como "supérfluas" ou será utilizada na compra de, por exemplo, um animal que poderá ser vendido posteriormente, numa época difícil.

des produtivas³.

O pequeno produtor de alimentos produz excedente quando dá dias de serviço fora de sua plantação aos grandes e médios proprietários, na venda de sua força de trabalho. E a extração do sobretrabalho assume característica de superexploração uma vez que, não se tratando de trabalhador assalariado permanente, não goza dos mesmos "direitos" de um operário de fábrica ou de trabalhador rural que é assalariado permanente⁴. Os "encargos sociais" do patrão cessam com a apropriação do excedente.

A existência do trabalho não pago pode ser exemplificada de maneira mais clara, porque mais gritante, nos trabalhos de "empreitadas", onde não há nunca possibilidade de se cumprir as tarefas no tempo previsto. Em troca da mesma quantidade de dinheiro prefixada, se estende o tempo de cumprimento das tarefas. Aqui se tem um caso perfeito de um tempo de trabalho não pago, de um tempo extra.

Há, entretanto, outras formas de extração de excedente. Todas elas não têm que se atrelar necessariamente ao trabalho assalariado. O empréstimo por parte do fazendeiro de "boi de campinadeira" para que o agricultor o utilize como instrumento de trabalho pode ser uma dessas formas. O empréstimo do "novilho" se faz em geral pelo período de dois anos, quando então o animal deve ser devolvido ao seu dono. Quando o animal chega às mãos do agricultor ainda está "brabo", ou seja, ainda

(³) Dada a necessidade da aquisição do dinheiro para a compra de bens não produzidos pela unidade familiar, a venda de parte da alimentação encontra explicação mais adequada no conceito de reprodução simples, pela fórmula M-D-M. O dinheiro que advém da venda do produto do trabalho não é acumulado, nem propicia um aumento de qualquer bem.

(⁴) Embora haja, na lei que trata do homem rural, referências a esse tipo de trabalhador que não é assalariado permanente, a contabilidade é tão confusa, o desconhecimento tão grande, que o trabalhador só entra em "questão" para reivindicar seus direitos quando é o caso de invasão de gado no seu roçado ou coisas desse tipo (quando não deixam por isso mesmo). Pelo fato de não trabalhar todos os dias úteis da semana, o que lhe dá direito ao repouso semanal, às férias etc, esse trabalhador nem sempre exige pelos dias de serviço o equivalente ao salário-dia. Trata-se, na verdade, de uma situação muito irregular para a qual a lei é em muitos casos, omissa.

não é hábil para o trabalho na terra. Aos poucos ele vai sendo treinado e, ao final de um ano estará apto para auxiliar, com a campinadeira, o corte da terra. Durante o período que o agricultor possui o animal, nada paga por ele ao seu dono, ficando no entanto com os encargos de sua alimentação e de seu trato de modo geral. Ao final dos dois anos, o animal volta para a propriedade do fazendeiro, treinado, pronto para ser usado no preparo da terra. Segundo os entrevistados nesses dois anos "só dá tempo mesmo de amansar o bicho"⁵.

"Ele empresta por dois anos. Alguma pessoa por três anos. O primeiro ano ele (o animal) não faz nada. Nesse primeiro ano a gente vai amansar aquele animal, que ele está "brabo". Agora, no outro ano, a gente vai fazer alguma coisa, "algum roçadinho". Vai cortar uma areazinha de terra. Aí, quando a gente acaba de cortar, aí ele pega e vende. Às vezes nem outro quer dá mais. E aí a gente fica sem nada".

"A gente fica só com o trabalho de amansar, de gastar tempo arrancando e plantando capim para a garrote, cuidando. Que resultado não dá de maneira nenhuma. Porque só dá prá amansar um garrote com dois anos de trabalho. Aí, quando termina de trabalhar os dois anos, pronto aí entrega".

"Quando a gente entrega, o animal está bem treinado. Aí ele pega e vende ou aluga. Aquele, a gente não vê mais porque não pode alugar, não tem condições. Se quiser outro é nas mesmas condições, prá amansar".

Neste caso, tem-se também muito claro um investimento de energia e tempo da parte do pequeno agricultor na tarefa de tornar o animal hábil para o trabalho. Na fase em que o animal está em condições ótimas para o exercício de alguma atividade agrícola, ele retorna ao proprietário. O produto que pode advir da energia investida no animal é apropriado pelo proprietário.

(⁵) A doação do animal ao agricultor independe da relação de trabalho. Proprietários e não proprietários participam desse processo.

Ocorre muitas vezes que, quando o animal é devolvido ao fazendeiro, outro é cedido nas mesmas condições.

Nesta cadeia contínua, os pequenos agricultores vão "amansando e engordando" toda a parte do rebanho do fazendeiro que não se destina ao corte, mas que poderá ser usado e mesmo alugado para arar. Por outro lado, ficando com parte do gado aos cuidados e riscos dos pequenos produtores, o grande proprietário investirá muito menos em mão-de-obra fixa na sua fazenda.

Grão maior de exploração do trabalho se efetiva no tocante à terra, no que diz respeito ao sistema de doação de poses.

A aparente ausência do pagamento anual do aluguel da terra (anuidade) tem explicação muito simples. Como já foi dito, ao posseiro é dada uma terra para plantar sem que ele tenha que pagar pelo seu uso em dinheiro ou em espécie. No entanto, "a renda" encontra sua expressão de certo modo pelo valor que o posseiro agrega à terra com o seu trabalho. Ao "desmatar", "destocar" e plantar por tempo determinado, a terra que volta para o proprietário já não é a mesma. Existe um valor acrescentado.

As palavras de um dos posseiros pesquisados expressam bem a situação:

"Sabe como é que eles dão a gente, o terreno? Dão naqueles cantos de mata mais virgem, mais bruta; matas imensas que nem no Amazonas; escolhe aqueles cantos mais fechados. Aí a gente vai trabalhar com a pior dificuldade da vida prá botar aquela área de terra no chão, aquela mata, prá construir aquela lavoura. No primeiro ano a gente não faz nada. No outro a gente trabalha e eles já querem receber prá botar o gado prá comer naquela área. Já vai dá prá gente noutra lugar, noutra mata virgem, outra mata grande prá gente desmatar. Prá gente ter só o trabalho de botar abaixo e descobrir a propriedade do fazendeiro e a gente vive em sofrimento. Nunca

arrajamos nada trabalhando. Cada dia a gente só se esgotando, se esforçando sem arranjar produto de nada, porque a gente só trabalha prá ele.

"Tudo acontece assim: eles vão e fazem o financiamento para o desmatamento. Aí acontece que arrumam três, quatro assinaturas de quem não tenha terra. Dão para desmatar pelos dois anos de serviço. Então quer dizer, que ele fica com cem mil contos, ou duzentos, conforme seja o financiamento que ele fez. Aí, quem foi que pagou isso, não foi a gente? Ele não ajuda em vezes nada. Ele vai é botar gado. Nos dois anos recebe o cercado e vai criar gado. Com aquele dinheiro vai bem com a família, compra luxo, compra gado, e vai melhorando a situação dele".

"Como esse ano mesmo aconteceu. Ele fez empréstimo de melhoramento prá desmatar uma mata. Uma mata até grande. Aí arranjou roçado com um e com outro, pro "cabra" trabalhar "de graça", e o dinheiro ficou prá ele".

"A vantagem é que a gente está desmatando a terra todinha, de graça. A gente fazendo prá ele, de graça. Somente. Prá mim acho que só é vantagem prá ele. Porque ele vai arranjando dinheiro prá fazer melhoramento todo ano, e dando terra ao povo, e o novo fazendo. Quando dá fé está a terra toda explorada, e quer dizer que ele não gastou nada".

Conforme já foi dito, o sistema de posse da terra assume certa especificidade na área agreste do Estado do Rio Grande do Norte. Não se trata de tomar em posse terras sem proprietários ou abandonadas. Na área, se encontra também este tipo de relação. Não entra no nosso estudo este caso, porque as áreas onde o processo é mais característico estavam em grande tensão na época e era quase impossível o acesso a ela. (Fizemos apenas uma entrevista com um dos líderes que, em nome das famílias que trabalhavam na terra há pelo menos duas gerações, estava sendo orientado para levar o processo à frente pelos ca-

minhos legais).

As terras dadas em posse para que se trabalhe "de graça", são em geral de grande extensão, tem proprietários e o sistema que permite seu uso pelo posseiro prescreve certas normas que tem valor de um contrato, pelo menos na prática: "No final dos dois anos a gente tem que entregar a terra enraizada de algodão ou plantada de capim para o gado dele comer". Em geral, são fazendas de gado.

Despossuído da propriedade da terra⁶ o pequeno produtor recebe do grande fazendeiro uma porção de terra pela qual não pagará "renda" em espécie ou em dinheiro. O tamanho da terra varia de acordo com as pretensões do agricultor ou com a oferta do proprietário. Em geral não excede aos cinco hectares.

Nesse caso, é importante observar, que o tamanho da terra que o posseiro pede ou aceita é, via de regra, maior do que o que ele pode efetivamente tratar. Fica sempre um retalho dessa terra, abandonada, sem plantio.

"Se pede 9 ou 10 mil covas, e às vezes só dá prá cuidar de 5 ou 6. Porque não tenho recurso. Não posso pagar ninguém prá ajudar. É só os de casa mesmo".

"Planta seis mil covas de roçado, aí só trata somente de quatro, e o resto vai trabalhar fora. Às vezes fica amarelinha... e ele (o agricultor) sai com a maior pena, quando sai de dentro das covas prá dá um dia de trabalho alugado. Aí fica o roçadinho dele e passa pro dele, do "patrão velho". Nunca pode trabalhar só no dele".

Isso ocorre por vários motivos. Em primeiro lugar há, ao nível da representação, uma pretensão por parte desse trabalhador, de que poderá plantar área maior de terra. Evidentemente, essa proposta não se efetiva porque não mudam as condições de acesso aos meios de produção. Quando perguntávamos se dava

(⁶) Embora existam proprietários de terras neste sistema, a maior incidência é entre os não-proprietários.

para trabalhar uma mil cova, "numa tarefa", por dia, em geral, respondiam:

"No desmatamento? Dá não. É seis dias prá desmatar uma tarefa. Seis dias se for "brocando" de foice, cortando, prá deixar no ponto de queimar. Tem matas que gasta 10 dias. Depende da mata. É uma base de quinze a dezoito dias num hectare, para fazer um desmatamento..."

Além da produtividade do trabalho ser menor nesta fase do ciclo produtivo, pelo tipo de tarefa a desempenhar, só há investimento de trabalho e ausência de seus frutos. Lembremos outra vez que a produção de uma safra não dá em geral para chegar ao outro ano. Torna-se imperativo o assalariamento pelos dias de serviço para "fazer um arranjozinho, fazer a feira".

Para esta fase do desmatamento, o agricultor só leva os filhos adultos e alguns companheiros que queiram "trocar dias de trabalho". "Usa-se muito o mutirão". É, segundo eles, um meio mais eficaz porque, quando chega a época de plantio, os pequenos roçados já estão desmatados. Mas, a quantidade de pessoas que pode se agrupar num mutirão varia muito em função das necessidades do chefe da família. Mesmo assim, a cooperação do trabalho é muito intensa na área. Se um não participa do mutirão porque não pode, no dia que ele convoca os companheiros, estes se agrupam sem nenhum constrangimento. "Se entre os pequenos a gente não se ajudar, quem vai fazer por nós? Os grandes vivem dizendo 'tenha paciência', mas nenhum deles pega numa enxada prá ajudar".

Este tipo de trabalho provoca um desgaste de energia maior que o ato de semear e colher e, conseqüentemente, diminui, por tarefa, a quantidade de trabalho/hora. Geralmente chega-se a desmatar e destocar todo o pedaço de terra. No entanto, como houve um maior tempo gasto, esta atividade termina quando já começou a época de plantar. Pelo ciclo agrícola do feijão, mandioca e algodão, o plantio deve ser feito rapidamente ou do contrário se perderá uma boa safra. Como em geral se planta "fora do tempo", será semeada somente a área física que se puder até que comece propriamente o inverno. Quando o inver

no já se mostra constante, para-se de plantar.

No primeiro ano, o resultado da produção - em quantidade e qualidade - é inferior ao de uma safra normal. Além da ausência de fertilizantes, a terra no seu primeiro ano de plantio não atinge o grau ótimo (nem médio) de produtividade, segundo os agricultores. No segundo ano, a produção melhora. No terceiro ano, quando a terra está boa para produzir, o possessor a entrega a seu proprietário.

"No primeiro ano, a gente não faz nada. No segundo, a terra deixa algum produto. Conforme a terra. No terceiro ano, aí é que dá bom".

O contrato oral de posse da terra estimula que esta deve ser entregue no final do segundo ano, depois da colheita, plantada de capim, ou enraizada de algodão. Embora saibam que o contrato de terra, seja ele qual for, deve ser, no mínimo, de três anos, os posseiros aceitam as propostas do grande proprietário.

"Quando completa os dois anos, ele diz: 'agora não dou mais aqui, agora é prá lá, bote prá colã-prá-frente, aonde tem outra mata'. Se a gente faz questão, estamos conversados com o fazendeiro. Aliás com os fazendeiros todos daquela área. Ninguém arranja mais; (o agricultor) vai passar o ano com a família debaixo de um "pé de pau", ou no alugado - to dinho - porque não arranja de jeito nenhum. (Os proprietários) dizem: 'Não, fulano fez questão com fulano, eu não arranjo'. Vai prá outro, do mesmo jeito".

No final dos dois anos, a terra é entregue em troca de outro pedaço vizinho, onde se efetua o mesmo processo. Quando se desmata toda a terra de um proprietário, duas coisas podem ocorrer: ou se recomeçará tudo novamente - se já cresceu muito mato nas terras cedidas em primeiro lugar - ou a mesma terra que está sendo trabalhada pelo possessor poderá ficar com ele, só que agora mediante o pagamento anual pelo seu uso, na forma de arrendamento.

Há uma razão para que se dê terras em posse sem o pagamento de anuidade ou sem comprometimento de parte da produção'.

Pretendemos afirmar que o financiamento bancário é a razão de ser do posseiro. Para que seja possibilitado o financiamento agrícola é necessário que a terra seja trabalhada. E mais. Para que seja liberado esse financiamento, é indispensável que se verifique se, de fato, a terra está sendo trabalhada. Por outro lado, o montante do financiamento depende do tamanho da terra em função da qual ele é requisitado.

Nada mais vantajoso para o grande proprietário que, ao início de cada ano, ofereça a sua terra para plantio. Quanto mais posseiros se concentrarem na área e, portanto, quanto maior for a área explorada, maior será o montante de dinheiro liberado como financiamento.

O financiamento concedido pelo Banco do Brasil requer fiscalização da exploração efetiva da terra, que é feita por funcionário especializado.

"Quando o fiscal chega na área o proprietário diz: 'Isso aqui tudo é meu, tá o serviço'. Aí o fiscal chega ali, olhou, e volta para trás e pronto".

(numa conversa lateral, não gravada, outro agricultor afirmava: "A senhora não imagina nessa hora como um pobre como nós se sente. Fica tudo com as enxadas arriadas no chão, olhando a cara dele. Imaginando com a gente mesmo, que o dinheiro vai sair do banco nas costas da gente".)

O financiamento feito em função da soma das tiras de terra trabalhadas pelos posseiros, se concentra nas mãos do dono da fazenda. Este dinheiro, segundo os entrevistados é investido na compra de mais gado e "luxo". Há, portanto, uma concentração de dinheiro se se considera que ele é liberado em fun-

(7) Ocorrem casos em que a produção do algodão do posseiro termina nas mãos do proprietário da terra. Estes casos devem não ser interpretados, conforme pensamos, tal como se coloca o problema da coação extra econômica. A produção é vendida ao proprietário porque é ele quem não

ção do tamanho da terra e nela não é investido.

O crescimento do rebanho é, de certa forma, a garantia para que este processo de doação de terras "de graça" se repita pelo menos até os limites do latifúndio. A necessidade de mais terra e mais pasto para o gado garante a exploração dos pequenos agricultores. Em função dessa exploração se garante, de um lado, a possibilidade do plantio de subsistência, de outro, a exploração da grande propriedade.

O fato de não pagar anuidade pelo uso da terra não impede que os posseiros percebam o alto grau de exploração do seu trabalho. Descrevem-se como aqueles que tornam a terra produtiva e possibilitam o acesso do grande proprietário ao dinheiro.

Os cálculos que fazem do quanto seria pago pelo trabalho de desmatamento e destocamento, leva a que percebam maior exploração nessa modalidade do que, por exemplo no arrendamento. Os enunciados neste sentido dão conta de que o que o posseiro faz é explorar a terra do proprietário, conforme transcrevemos. O posseiro se diz, também, peça importante no reduzido gasto com salários. Uma vez que há o plantio permanente do capim para o gado pelos posseiros, os proprietários não mantêm morador.

"A ele não interessa morador. Ou quando tem são poucos; só mesmo aqueles fixos; os capangas dele".

"Tem pouco pessoal de fora, aqueles que só tem a casa e que ajuda a ele a desmatar mato. Além do mais tem problema da lei; quem tem morador, tem obrigações, e isso eles não querem. E tem a gente que faz tudo prá ele de graça".

"Sendo prá pagar um desmatamento é muito caro. Agora aqui nesse nosso lugar, um trabalhador só quer desmatar por dinheiro, por trezentos e cinquenta, uma mil cova". (Em outra região outro dizia:) Uma mil cova é mil cruzeiros, ninguém cobra menos do que isso não⁸.

(⁸) A diferença que há no preço se dá pelo fato de deixar ou não a terra enraizada de algodão.

Entendemos a figura do posseiro como o não-proprietário dos meios de produção que, em função do plantio de alimentos, permite ao grande ou médio proprietário a acumulação de dinheiro. Por outro lado, ele diminui os gastos com a criação de gado pelo plantio do capim. Ainda mais, ao desmatar a terra, a torna possível de maior valorização, no caso de venda eventual.

O plantio, por si só, fecunda a terra e agrega a este trabalho humano, uma vez que a terra estava antes em estado improdutivo. Para que a terra cumpra a função de ser um dos "meios eternos de trabalho", "fonte de riqueza", é necessário que a ela se agregue o trabalho. O posseiro (na forma como se apresenta na nossa área de estudo) torna possível essa virtude da terra - a de ser a "fonte de riqueza mais perene". O ato de tornar fértil ou evidenciar a fertilidade de uma terra antes em estado quase natural⁹ deve significar um desgaste da força de trabalho maior do que o desgaste médio em outros processos do ciclo produtivo.

Por outro lado, o desgaste inicial da força de trabalho do posseiro no ato de "desmatar" a "destocar" a terra significa, se contabilizado o tempo gasto, uma soma maior do que poderia ser representada pelo pagamento anual do uso da terra. Dentro deste raciocínio é mais vantajosa para o proprietário a utilização desse sistema de exploração do que qualquer outro.

A estratégia de sobrevivência do posseiro parece ser função do tipo de grandes e médios proprietários da área, em conjunto com os pré-requisitos de financiamento para o beneficiamento e cultivo de terras pelos órgãos do Estado.

Analisemos o que significa isso. Somos tentados a pensar que o grande e médio proprietários, nessa área, sejam diferentes do grande e médio proprietários em outras onde, por exemplo, a terra goze de inúmeras vantagens adicionais e incentivos, de acordo com sua localização político-estratégica, ou

(⁹) Supondo que mesmo antes de agregado o trabalho, se possa inferir da terra, por condições puramente físicas, e seu grau de produtividade.

mesmo que o tipo de uso do solo seja realizado de forma mais capitalista. A grande propriedade de soja ou do café, do sul deve propiciar ao latifundiário ou ao capitalista maiores vantagens na sua exploração do que a plantação de algodão dos proprietários de terra da região pesquisada.

Dentro desta colocação por demais geral, a existência do posseiro - tal como se efetiva na área - é o outro lado da questão. O posseiro parece ser a condição de exploração da grande propriedade ou a melhor forma de sua exploração. Em síntese, se por um lado, a existência da relação de simples posse da terra é possibilitada pela exploração da agropecuária por outro a grande propriedade tem mais fácil acesso ao capital pelo trabalho do posseiro, através do desmatamento / destocamento de áreas ainda não produtivas e do cultivo de alimentos, ainda que realizado de forma precária.

CAPÍTULO IV - REPRODUÇÃO E REPRESENTAÇÃO

Dissemos, na introdução que o objetivo dessa dissertação era explicar as condições de produção e reprodução dos grupos pesquisados. Embora a reprodução tenha todo o caminho percorrido, tentaremos resumir tudo o que foi dito a respeito da maneira como esses grupos conseguem sobreviver e a crescer algumas idéias que não apareceram ainda de maneira explícita.

Afirmamos que para se reproduzir socialmente, o pequeno agricultor tem que dividir seu tempo produtivo para cumprir três requisitos: produzir bens de subsistência para o consumo da família, cultivar um produto para a venda e vender sua força de trabalho em explorações agrícolas capitalistas. Chamamos de "limite possível da reprodução da força de trabalho" a combinação dessas três facetas do trabalho na população estudada.

O pequeno agricultor, quer se tratando do proprietário da terra, do arrendatário ou do posseiro, divide a terra na qual trabalha para si entre o cultivo de produtos alimentares e um produto comercializável.

Em síntese, para cumprir os requisitos necessários à reprodução do grupo, o pequeno agricultor divide o seu tempo - trabalhando na sua e em outras plantações - e divide sua terra - cultivando produtos para a venda e para o alimento.

A quase totalidade dos entrevistados das diferentes categorias divide a sua semana de trabalho de modo que trabalhe para si e se assalariem em propriedades vizinhas.

É nos próprios relatos obtidos nas entrevistas que se percebe o nível de exploração a que se encontram submetidos.

"Eu trabalho a Zé A., a Neco S... prá arranjar a feirinha prá poder tratar do meu roça-

do. Trabalho fora porque as condições não dão prá mim tratar do roçado, eu não tenho "recurso" (proprietário de terra 1,5 ha e posseiro. Tamanho da família: 3 pessoas).

"Todos eles trabalham no alugado. Quase todos precisam. Não pense que não trabalham, trabalham. Eu mesmo, foi não foi, eu dou três dias, dois, as vezes é um... Depende da precisão (arrendatário ou posseiro - varia muito de relação desse trabalhador. Tamanho da família: oito pessoas).

"Trabalhar só na plantação não dá. Dava sim, mas quem já vem atrasado, nunca pode trabalhar muito, porque vem com essa mania assim e nunca pode trabalhar só "no dele". Aí nunca pode produzir que dê só prá trabalhar, entende? Quando me aperto, arranjo um dia de serviço, pelo menos prá arranjar o feijão". (posseiro; o pai tem terra mas é só para os filhos morarem "juntos". Tamanho da família: 8 pessoas).

"Trabalho um, dois dias na minha plantação, é o que posso trabalhar. O resto é fora. Tem que sair prá ganhar. Sempre trabalho a Pedro P. Pertenceu aqui a nossa residência, quem aluga dia de serviço é ele" (Trabalha em cinco mil covas, na terra do sogro. Tamanho da família: 5 pessoas. Em relação a sua plantação de 77 dizia": Perdi tudinho. Prá tratar do "meu, a família morria de fome").

"Semanas que trabalho três dias, as vezes dois". (Pequeno proprietário. Terra passada por herança do pai. Tamanho da família: 4 pessoas).

"Eu trabalho dois, três dias de serviço fora prá ganhar, porque aqui o roçado nao dá para comer. Só do meu trabalho não dá. Sempre estou precisando dar trabalho fora, dois três dias, até cinco, conforme a precisão" (Arrendatário e posseiro, antigo plantador de ca-

na. Família com 5 pessoas, 3 em casa).

O arrendatário e o posseiro em geral oferecem "dias de trabalho" ao proprietário que lhe alugou ou cedeu a terra. Nesse caso poderia parecer que, pelo fato de ceder a terra para plantar, houvesse todo um controle pessoal entre o grande proprietário e o pequeno produtor, que se expressasse em mecanismos de coação extra-econômica. Não acreditamos que aqui ocorra tal relação. A maneira pela qual se efetua o processo de trabalho impele o pequeno produtor de alimentos a procurar sempre, além dos resultados de sua produção, o trabalho assalariado.

A prática do assalariamento, por parte do agricultor que não tem terra, não parece ter necessariamente o caráter de uma relação face a face, mesmo que ocorra entre pessoas que anteriormente tinham uma relação contratual (ele e o dono da terra)¹. Procura e oferta de trabalho não poderiam ser nunca determinadas por laços de comprometimentos. Dado a exigência imediata do dinheiro para que se complete a medida possível da reprodução, o agricultor se aloca sempre onde coincida a oferta de trabalho com sua necessidade imediata.

Não é difícil entender que o proprietário de grandes terra, que cede retalhos dela, seja o mesmo que necessita de mão-de-obra. E é mais fácil ainda de entender que a própria de limitação da área impõe um limite de circulação para os vendedores de força de trabalho, de modo que estes esbarrarão quase sempre com o proprietário com o qual tiveram ou tem uma relação contratual.

Nos discursos, esta relação aparece às vezes nomeada. Nada mais óbvio do que dar nomes aos personagens do referencial ou-

(¹) Marx, no capítulo inédito, páginas 55 e 56 quando fala da submissão formal do trabalho ao capital descarta no processo de transfiguração dos processos de trabalho pré existentes "as relações pessoais de dominação e dependência" Marx, Karl, El Capital, libro I capítulo VI, (Inédito) Buenos Aires, Siglo XXI, 1974. Bruno Lautier vai mais além, no artigo já citado, e a partir de Marx, lembra que a submissão já se encontra delineada na circulação, pela compra e venda da Força de Trabalho.

tidiano. No entanto, no que toca a relações de dependência pessoal tudo o que parece ser a causa da exploração do trabalho do pequeno agricultor não é mais do que o resultado da constituição das relações de trabalho no campo.

O caráter de manipulação do trabalho por laços pessoais não parece, ser, na população estudada, a razão explicativa da constituição das relações produtivas. Ao contrário, é a partir destas que devem ser buscados os laços de dependência e exploração. Assim, o arrendatário, por exemplo, não dá dias de serviço ao latifundiário porque ele anteriormente lhe possibilitou trabalhar a terra. Nem isto pode ser entendido como uma exploração pessoal, um regime de favores. O arrendatário ganha salário pelo seu trabalho como ganham igualmente os outros trabalhadores que não tenham com o proprietário outra relação.

O que leva a que se encontre na relação assalariada o produtor arrendatário ou o posseiro e o latifundiário, longe de ser (como pode parecer) uma relação extra-econômica, é que o primeiro precisa daquele salário para completar a quota parte de sua sobrevivência, e o segundo precisa da força de trabalho de quem a tenha para vender, a fim de transformar sua terra em máquina de gerar riquezas.

Dissemos anteriormente que a reprodução do produtor de alimentos implica em dividir terra e tempo. Esta é a única via possível de sua reprodução. Vimos quando discutimos o caráter das relações sociais, a divisão do tempo de trabalho. Passemos à divisão da terra.

A divisão da terra em cultivo de um produto para a venda e cultivo de produtos para o consumo obedece em geral a uma variação que depende principalmente do número de pessoas na família². Quer dizer: se a família é numerosa, e grande parte dela não investe uma quantidade de trabalho mais substantiva na pro

(²) Essa variação se dá pela combinação variável do tempo a ser dedicado a uma ou outra atividade. À medida que a família é maior, maior parte da terra é dedicada ao cultivo de alimentos e maior é o número de adultos (homens em geral) que se assalaria alguns dias na semana, fora da plantação. Esta maior liberação para a venda da força de trabalho torna-se possível pela permanência, na lavoura, dos membros da família que não tem igualdade de condições no pagamento de seu trabalho e que, na própria lavoura, são insubstituíveis.

dução³, o pedaço de terra onde se cultivam os gêneros alimentares tende a ser maior do que a área onde se planta o produto para a venda. A razão parece ser muito lógica. O plantio dos alimentos garante parte das necessidades da família, garantia essa que pode se tornar vulnerável se se investir maior quantidade de tempo e trabalho na terra para o produto comercializável. O preço do produto para a venda não cobre os gastos com a produção. Além do mais, parte da família que é excluída da venda da força de trabalho pode satisfatoriamente cuidar das limpas e outras tarefas em relação à produção de alimentos.

No caso de família numerosa, onde "tem mais boca pra comer", a extensão maior da área de cultivo de alimentos se deve muito ao preço pouco compensador do produto comercializável.

"Quando foi no fim que eu vendí (o algodão) não deu pra cobrir os gastos e as despesas na hodega".

"O feijão e o milho sempre eu deixo para o consumo. Quando dá para vender, eu vendo, mas sempre não dá. É só pro consumo. Se eu for vender, eu fico sem nada. Aí fico pior, porque vou ter que comprar de outro do preço que tiver, e é sempre mais caro. Quem tem família grande tem que se empenhar em primeiro lugar no alimento. O preço do algodão não compensa. Cada ano cai mais".

"Eu, para pagar as despesas tive que vender gado, porque tomei dinheiro emprestado, precisava pagar... O que eu arranjei no ano de 76 foi para pagar o de 75.

Além da má remuneração, para que o dinheiro obtido na venda do produto comercializável supra as necessidades (ali

(³) Estamos pensando no trabalho das crianças. A partir de "sete, oito anos já ajuda muito"; ou então: "Dizendo o que é pra fazer, eles fazem. É mesmo que eu está aí, desde pequeno já vai treinando na instrução". Mas esse trabalho não pode, parece-nos, ser considerado tal qual a do produtor adulto. Por outro lado tem um limite para começar a trabalhar. Não é raro o agricultor dizer que tem dois ou quatro filhos, mas que não ajudam ainda porque "é tudo miudinho de cobrir com um balão".

mentares ou não) mais imediatas, a produção fica muitas vezes comprometida de antemão, o que, mesmo feito parceladamente, deprecia ainda mais o seu preço (conforme citação na página 51). Normalmente, os agricultores desta área só recorrem a este tipo de suprimento se lhes falta oferta de dias de serviço ou se não têm em casa outra coisa para vender.

"O ovo que o cara devia comer, tem muitos que não come porque quando junta 30, 40 numa semana, tem que vender prá comprar um vidro de remédio para um menino, comprar um comprimido e comprar coisinhas no domingo. Porque se chegar o domingo e ele não tiver o dinheiro... aí a coisa aperta. Tem bodegas que vende fiado enquanto o cara arranja o dinheiro - que venda um porco ou uma galinha. E muitos não tem nem isso prá ficar de garantia. E se falar fiado, o cara não vende porque vê logo que ele não tem condições de pagar. Ele tem que vender uma criação, se tiver, ou arranjar um dia de serviço".

A maioria da população pesquisada não dispõe de muitas outras coisas para vender para suprir as necessidades que, sua própria produção não consegue cobrir. O produto comercializável é sempre visto como remuneração mais incerta do que possa vir a ser a recompensa pelo plantio dos alimentos.

Antes da colheita, no início do ciclo produtivo a produção de alimentos já tem um destino: plantam-se os alimentos para o consumo de casa e dos animais.

Na época da colheita, dependendo da viabilidade de armazenamento na própria terra, dela se retira parceladamente, o que o consumo do grupo requer. A mandioca se presta bem a esta prática e, em geral, assim se procede na área. Se não há tal possibilidade (caso de feijão), o armazenamento é feito em "silos"⁴ que estão sempre na primeira sala da casa, ou em sacos no chão desta.

(⁴) "Silos" é o nome usado para depósito. De modo geral são latas bem fechadas e que permite melhor conservação dos alimentos fáce a unidade.

A colheita parcelar cumpre o papel de limitar o consumo da família⁵. Há uma certa racionalidade nesta limitação, uma vez que, tendo a previsão da produção total, se pode (sempre que obedeça a um mínimo satisfatório) estabelecer um período de tempo para que essa produção cumpra o papel de repor a alimentação do grupo.

O plantador de roça justifica este parcelamento pelo superconsumo que pode ter o produto quando colhido toda a produção de uma vez e deixada em casa a parte referente ao consumo anual. Se assim é feito, para suprir outras carências alimentares esse produto poderá ser consumido além da taxa normal e se passará a comprá-lo antes que se complete a cálculo de seu consumo normal médio. Se toda a farinha estiver em casa e se faltar açúcar ou café, é possível que ela passe a suprir temporariamente a falta dos outros dois gêneros alimentícios.

No entanto nem sempre a quantidade produzida (apesar do racionamento) é suficiente para ir de uma safra a outra. É necessária uma certa combinação entre todos os produtos cultivados, para que a reprodução do grupo se dê de maneira mais eficiente.

"Porque quando termina o inverno, que termina todas as colheitas, a gente se privilegia de guardar para ir consumindo enquanto chega o próximo inverno. Mas não dá prá chegar o outro, às vezes. Daí a gente vai ter que pensar de outra maneira e arranjar o tutu para comprar na feira. A gente faz o seguinte: quando a gente guarda no inverno o feijão e o milho, quando ele termina a gente tem sempre a roça do outro ano. Então a gente fica arrancando de pequenas quantias e fazendo a farinha e vendendo e comprando os outros necessários. Embora que até mesmo a quantia da roça que eu planto não dá. Por exemplo, se acaba a colheita do milho e do feijão que eu

(⁵) Há de se considerar também como importante o fato de que a mandioca aumenta de tamanho enquanto permanece na terra.

guardei, e vai embora a roça, muitas vezes a gente chega até a ficar comprando. Não tem outra maneira. A gente vai ter que ganhar um dia de serviço, faz um trabalho... e com aquele dinheiro vai comprar a alimentação na feira".

O parcelamento na colheita da produção cumpre outro papel importante na vida desses grupos: o de tornar diferente a organização do tempo de trabalho durante todo o ano, ou seja: a divisão entre o tempo de trabalho na própria produção e o tempo de trabalho que pode ser investido em outras explorações. Tratando-se de um produto cuja colheita pode ser parcelada e, conseguindo controlar o consumo familiar num ano de boa safra, um agricultor pode se diferenciar de outro cuja produção não possa ser colhida por partes, no que se refere à liberação da força de trabalho para venda. Desde que, é claro, a produção seja suficiente para toda a entressafra. O trabalho assalariado é substituído neste caso pela venda parcelar da farinha. Com isso, o produtor de mandioca se considera um "privilegiado" por não ter que dar dias de serviço fora nos anos de boa safra.

"Se esse ano a minha safra foi menor, mas a gente está na esperança que no ano que entra ela seja melhor uma coisinha. E com ela eu chego até a comprar roupa, calçado, essa coisa toda para a família. Muitas vezes acontece que dá, não sabe? E a gente trabalhando só ganhando a diária do vizinho, acontece que só dá para a alimentação, e muito mal. Porque a gente fica ganhando o dia de serviço e comendo e quando é no final da semana só dá prá feira".

Há outra prática que parece interessante descrever em relação ao consumo dos alimentos. O consumo tem um limite em relação à produção total. Em geral, feijão e milho, que se encontram em latas, são consumidos de modo que fique sempre uma quantidade de sementes estipuladas como suficientes para garantir o próximo ciclo produtivo. Se, em razão do tamanho da terra, 3 kg de feijão e 2 kg de milho forem suficientes para a

"planta" e "replanta", seu consumo se dará sempre de modo que se resguarde esse volume. Essa quantidade é separada logo que acaba a colheita.

"Quando se bate o feijão se guarda em casa para o consumo. Separando assim uma quantia que é o de plantar no outro inverno".

Somente em caso de extrema necessidade se consome o que se separou para o próximo plantio. Na representação já há toda uma interpretação fantasiosa desta prática, o que se retrata muito bem no discurso quando se diz: "é amaldiçoada a boca que come semente de planta". Este discurso nada mais faz do que reforçar e justificar um procedimento que dentro do possível deve ser cumprido: reservar parte da colheita para que sirva de base para o próximo plantio, ou seja, assegurar as condições mínimas para que o processo de trabalho se reproduza ciclicamente. Se não se mantém essa reserva e, se na época da "nova planta", não se tem o dinheiro para comprar as sementes, o início do ciclo produtivo será retardado até que se cumpra este requisito e, em consequência, se terá uma produção não satisfatória. Plantar "fora do tempo" significa de antemão uma baixa no volume de produção.

No caso da mandioca, o cálculo feito é no sentido de saber quanto pode ser consumido e quanto pode ser vendido de cada vez que se arranca o produto.

Essas duas formas de raciocinar o consumo dos alimentos - parcelamento da colheita e reserva de parte da produção para sementes - parecem ser caminhos possíveis de assegurar a repetição da atividade agrícola. Mesmo porque, o grau de naupe rização é tão grande que não é absurdo pensar na desestruturação temporária de todo o ciclo produtivo pelo consumo sem limites, da alimentação disponível⁶.

(⁶) Esse fato é constatado em relação a um projeto em execução na área. Trata-se do Projeto de Incentivo à Produção sob a orientação do Serviço de Assistência Rural. Ocorre, neste caso, às vezes, o consumo de parte das sementes que é cedida ao agricultor, ou parte da produção que ele deve dar de volta para que o projeto vá à frente. Se por este procedimento ele pode ser prejudicado (não recebendo sementes para o próximo ano) e sabendo disto ele consome o que poderia ser o "retorno", chega-se à conclusão de que, não tendo tido outras formas de suprir sua alimentação, a fome o obrigou a consumir aquela quantidade que serviria de reinversão na sua produção.

O produtor de mandioca se diferencia do produtor de algodão também no nível da reprodução. Embora a mandioca seja, como o algodão, o produto vendável em relação aos outros que se destinam primordialmente ao consumo, a mandioca entra também na cesta de consumo dessas populações. Isto quer dizer que o produtor de mandioca tem assegurada parte de sua dieta alimentar, sem que precise comprar. Portanto, ao produtor de mandioca é assegurada uma maior variedade de produtos que dependem de sua produção direta - farinha, feijão e milho, basicamente⁷. O produtor de algodão, terá que comprar com o dinheiro da venda do produto, também a farinha.

É bom lembrar que o fato de plantar mandioca ou algodão não se deve a uma escolha do produtor. Entre outros fatores o plantio de um ou outro se deve ao tipo de solo apropriado e à prática econômica local incentivada pela facilidade de escoamento do produto para o mercado.

A Ideologia na Produção de Subsistência

De maneira geral, existem dois modos pelos quais pode se manifestar a justificativa das condições materiais de produção entre os produtores de alimentos. Uma é a manifestação mais adequada à lógica do capital e por isso mesmo não a contradiz, mas a reforça. Esta manifestação ideológica se resume no fato do agricultor se acreditar um produtor autônomo. Acredita que tem o controle de sua própria produção e supõe que o arranjo que faz do dinheiro, da força de trabalho com que conta e do volume de sua produção faz parte de um processo decisório seu.

Dentro desta interpretação, é impossível perceber que antes de tudo ele é submisso às condições gerais nas quais o capital dispõe da força de trabalho que lhe permite circular, acumular e crescer.

Há uma expectativa por parte do trabalhador rural de que possa vir a ser proprietário de terra. Uma vez que preten-

(⁷) Além do feijão e do milho, esses produtores, embora em menor quantidade, plantam a batata doce, o inhame, a macacheira e, às vezes, arroz. Isso é comum tanto ao produtor de mandioca quanto ao produtor de algodão.

de um dia ter acesso à propriedade, o produtor pode ser levado a contrair toda uma cadeia de endividamentos para adquirir novos e mais eficientes instrumentos de trabalho que lhe permitam maior produtividade e melhores rendimentos. Por esta suposta sequência chegaria a acumular dinheiro e ter acesso à propriedade.

Ao pensar assim o produtor rural nada mais faz do que contribuir para o setor industrial que se imiscui na pequena produção de alimentos. Parece óbvio e provável que esse encaqueamento dificilmente chegue a seu termo. O que parece mais acessível de ser explicado é que a ideologia da qual comunga o conjunto dos produtores é resposta condizente com o próprio modo de exploração do trabalho pelo capital.

O acesso ao título da terra parece ser, portanto, uma proposta favorável à criação de um mercado interno padrão, que conduz inevitavelmente a um endividamento crescente e constante por parte do produtor de alimentos. Esse tipo de reconhecimento das condições materiais de vida não corresponde a uma consciência real da exploração a que está submetido o pequeno agricultor.

A outra modalidade de pensamento pela qual se tornam explícitas as condições de produção de alimentos pode ser descrita como sendo a que constata condições miseráveis de vida. Neste tipo de explicação o responsável é o sistema desigual da sociedade onde setores são "bem" pagos e outros produzem pouco, além do que a remuneração de seus produtos é inadequada e insuficiente para recompensar seus atores.

Embora haja o desejo de ser dono de terra, há uma constatação de que isso é quase impossível, dadas as condições de pauperismo em que os produtores se acham submersos. Somente por condições excepcionais se chegaria à propriedade da terra e isso mudaria, mas em pouco, as condições de produção⁸. Por isso esse agricultor investe sempre nos mesmos insumos e o processo se torna invariável ao longo de décadas.

(⁸) Essas condições excepcionais seriam por exemplo, a possibilidade de "criar animais (gado) para um dia, com o dinheiro da venda, comprar uma terra. Era só como eu poderia ter o meu, ... (mas isso) é uma loteria".

Não parece haver a segurança de que se usar produtos químicos por exemplo, sua produção crescerá em quantidade e qualidade. Ao contrário, há a certeza de que pouco pode mudar; uma vez que, as terras das quais retiram sua alimentação são sempre as de piores condições de fertilidade, seja por sua localização, seu uso intensivo ou o tipo de solo.

Neste caso, se reconhece uma exploração; percebe-se a desigualdade de condições entre as duas facções da zona rural - donos de fazenda por um lado e produtores de alimentos por outro - mas não se chega a detectar a sua causa. A ambiguidade da descoberta da exploração chega até a reivindicar que "o patrão deveria reconhecer melhor o seu trabalho, a sua pobreza" e lhe oferecer melhores condições ou então que "o banco está praticando uma injustiça quando oferece maiores facilidades de financiamento ao grande proprietário e não ao pequeno".

A esta forma de pensar não corresponde ainda a consciência real da espoliação, porque lhe falta a percepção do processo como um todo e o exercício de uma atividade crítica que lhe dê conteúdo efetivo.

Depois de esboçar as duas maneiras pelas quais pode ser valorada a experiência vivida pelos produtores de alimentos, resta somente sintetizar alguns pontos desenvolvidos nesse trabalho.

Em primeiro lugar, é importante reafirmar que entendemos as várias categorias estudadas através de suas representações empíricas - proprietários, arrendatários e posseiros - como possibilidades determinadas de relações de trabalho submetidas ao capital.

Esta submissão das relações sociais de produção ao sistema maior no qual estão inseridas foram por nós tratadas via produção e reprodução das unidades de produção familiar.

Não foi nosso propósito analisar as várias formas pelas quais o capital penetra no campo e submete sua população. Dado por suposto que essa penetração pode se dar de maneira gradativa e diferencial, o que fizemos foi uma análise do outro lado da questão. Procuramos perceber como, nesta submissão, é possível ao agricultor e sua família produzir e reproduzir-se.

É por isso que, mantendo comum a área de cultivo⁹ e, procurando a diversidade nas relações de trabalho, pensamos uma igualdade na dominação entre proprietários e não proprietários.

São os arranjos análogos com relação à produção, fazendo com que tanto os proprietários como os não proprietários se reproduzam apenas ciclicamente, que nos permitem equalizá-los. Chegamos a isso pela semelhança na organização dos processos de trabalho entre arrendatários, proprietários e posseiros. Essa semelhança ocorre tanto no que se refere aos arranjos na produção direta - combinação entre o cultivo de um produto para a venda e cultivo de alimentos para consumo - quanto à organização da atividade produtiva de modo geral - combinação entre o trabalho na própria produção e o trabalho em outras terras, pela venda da força de trabalho.

A possibilidade da venda da terra em momento crucial da pauperização é o que poderia diferenciar um proprietário de um não proprietário. No entanto, nesse caso, por se encontrar no limite de sua reprodução como grupo familiar, o proprietário é levado a aceitar um preço imposto, sem referência à valorização de sua terra. Por outro lado, além da baixa fertilidade do solo reforçada pelo uso intensivo sem beneficiamentos, deve ser lembrado que as regras de valorização da terra não parecem ser as mesmas entre grandes e pequenos proprietários.

Se essa argumentação não é suficiente, perguntaríamos: tem o pequeno produtor, num momento de extrema necessidade, algum poder de barganha de se impor contra um preço arbitrado pelo mercado de compra e venda de terra? Por acaso a relação social que é o capital, assume por vezes a característica de igualdade de condições quando se encontram na troca o explorador e o explorado? Essa terra é sua mesma, ou tal como seu dono, não se constitui numa reserva que será requisitada para

(⁹) O limite fixado em 5 ha. - que poderia ter sido também outro - não deve ser tomado como proposta de afirmar que é essa área de terra, que cultivada, reproduz estritamente nas mesmas condições qualquer população rural que tenha como característica a unidade de produção familiar. Pelo menos não foi nossa pretensão comprovar pelos dados, uma relação rigorosa entre a extensão da terra e a reprodução da força de trabalho. Ativemo-nos mais precisamente no modo como se reproduz a família nesse limite de terra.

um uso mais lucrativo se e quando for necessário ao sistema? Haveria no estado atual de situação da área a necessidade de expropriação (pacífica, pela compra) das terras dos pequenos produtores? Não poderia ser a propriedade da terra um dado que freia as tensões sociais? A possibilidade de ser ainda proprietário da terra não será um meio frequentemente utilizado pela ideologia do sistema no sentido de reforçar a autonomia do trabalhador? Com isso, não se promoveria diferenciação interna na população dos pequenos produtores, de modo que estes não percebam a exploração do seu trabalho numa escala mais ampla do que a da produção imediata? Não percebiam sequer a sua não-autonomia neste processo mesmo?

Para nós o grande risco em que se pode incorrer ao propor diferenciação interna nesta população é afirmar um pseudo gradiente que impossibilite, num momento propício, o reconhecimento das condições iguais de exploração e, com isso, se torne mais lento o processo de conscientização dessa camada da população nacional.

O desmascaramento lento e gradual do que seja o processo de espoliação a que está submetida essa população deve começar, segundo pensamos, pelo desmistificação da propriedade da terra.

Há outra questão que perpassa todo o discurso deste trabalho e que julgamos necessário reafirmar.

Dadas as condições precárias do principal meio de trabalho com o qual se defronta o pequeno produtor - pequena área de terra, baixa fertilidade do solo, etc - se torna imperativo recorrer a outras formas de atividades agrícolas para que se complete a reposição da força de trabalho da unidade familiar. Não há como pensar numa população de força de trabalho bipartida: era num trabalho que recompõe as condições de vida familiar, era numa força de trabalho que se subjugava ao capital.

Pensamos poder propor que se trata de uma única população de força de trabalho subjugada ao capital; que, mesmo quando trabalha supostamente para si, o agricultor nada mais faz do que recompor uma energia que está sendo - ou será, no caso de indivíduos que ainda não produzem - mesmo que formalmente, utilizada pelo capitalista.

É necessário ainda, sintetizar a discussão do tempo de trabalho investido na própria produção e o gasto em outras atividades agrícolas.

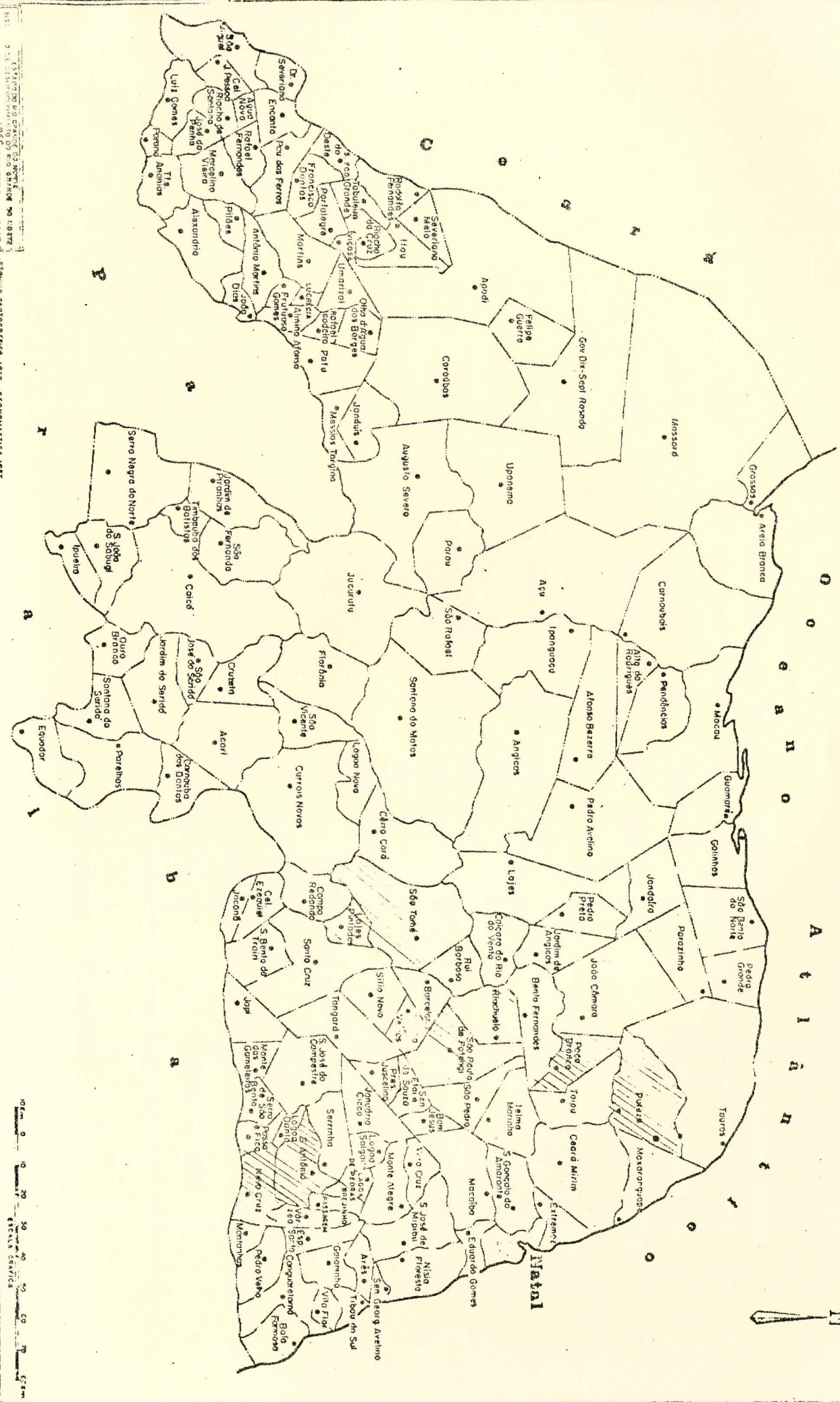
Ao somar o tempo de trabalho investido nas duas atividades e ao relacionar este dispêndio de energia com a reprodução social dos agricultores se tentou propor que o tempo de trabalho que reproduz a unidade doméstica é todo ele necessário no sentido de que, os resultados advindos do total de energia despendida só repõe as necessidades vitais dos grupos.

Justificamos da seguinte maneira nossa interpretação: não há investimento de trabalho que possa ser caracterizado como propiciador de acumulação nem de melhoria do padrão de vida das famílias. No entanto, o tempo total de energia gasta é superior ao de outros trabalhadores, os assalariados permanentes, por exemplo. Mesmo assim, o total do tempo gasto só permite a repetição da produção familiar de maneira cíclica, quando não é o caso do nível de vida tornar-se gradativamente mais baixo.

Ao tornar explícitos esses dois processos - aumento do tempo médio de trabalho e rebaixamento do padrão de vida - sugerimos que seu nexos explicativo está no grau de pauperização da população estudada gerado pela degeneração da natureza do trabalho humano, degeneração essa própria das sociedades de classe e em particular da sociedade capitalista

A N E X O S

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
SISTEMA CARTOGRAFICO-1955 - CRONOLOGICA 1937

ANEXO II - POPULAÇÃO ESTIMADA POR MUNICÍPIOS, 1975

MUNICÍPIOS	TOTAL	URBANA	RURAL	% POP. RURAL
ESTADO	1.881.700	986.500	892.200	47,41
Poço Branco	8.200	3.300	4.900	59,76
Pureza	6.400	1.800	4.600	71,88
Lajes Pintada	4.700	800	3.900	82,98
São Tomé	16.900	4.200	12.700	75,15
Nova Cruz	25.200	10.400	14.800	58,73
Riachuelo	8.200	2.800	5.400	65,85
Santo Antonio	16.900	4.500	12.400	73,37
São Paulo do Potengi	15.200	5.400	9.800	64,47
T O T A L	101.700	33.200	68.500	67,35
% TOTAL / ESTADO	5,40	3,37	7,68	-

FONTE: Anuário Estatístico do Rio Grande do Norte, IDEC, RN, 1977



ANEXO III - NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS E ÁREA, POR GRUPOS DE ÁREA TOTAL, SEGUNDO MUNICÍPIOS, EM 1975

MUNICÍPIOS	GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)											
	TOTAL		MENOS DE 10		MENOS DE 1		1 A MENOS DE 2		2 A MENOS DE 5		5 A MENOS DE 10	
	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA
ESTADO	104.842	4.376.360	67.910	195.484	16.801	10.232	15.255	20.910	21.885	68.024	13.969	96.318
Poço Branco	996	11.698	831	1.457	420	273	211	34	126	413	64	639
Pureza	612	20.067	457	1.257	149	95	93	136	131	418	84	604
Lajes Pintada	661	12.756	482	1.370	48	29	128	148	212	592	94	601
São Tomé	894	73.114	362	1.729	12	9	29	39	149	490	172	1.191
Nova Cruz	1.991	23.559	1.744	3.927	421	299	621	897	582	1.583	170	1.143
Riachuelo	594	27.821	477	1.052	163	112	149	219	118	386	47	335
Santo Antonio	1.465	26.616	1.145	2.993	276	190	321	471	398	1.284	150	1.048
S.P.do Potengi	1.039	27.414	721	2.537	100	75	164	243	273	809	184	1.329
T O T A L	8.252	223.045	6.219	16.322	1.589	1.082	1.725	2.474	1.939	6.065	965	6.701
(%) SOBRE O TOTAL	100	100	75,36	7,32	19,26	0,49	20,92	1,11	23,49	2,72	11,49	3,06

FONTE: Censo Agropecuário do Rio Grande do Norte, IBGE, 1975.

ANEXO III - Continuação

MUNICÍPIOS	GRUPOS DE ÁREA TOTAL (ha)											
	TOTAL		10 A MENOS DE 100		10 A MENOS DE 20		20 A MENOS DE 50		50 A MENOS DE 100		100 E MAIS	
	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA
ESTADO	104.842	4.376.360	29.723	936.369	11.945	164.957	11.911	370.768	5.867	400.644	7.209	3.244.507
Poço Branco	996	11.698	102	3.000	47	733	44	1.479	11	788	63	7.241
Pureza	612	20.067	126	3.842	42	597	64	2.020	20	1.226	49	14.965
Lajes Pintada	661	12.756	156	4.879	62	863	67	2.092	27	1.924	23	6.507
São Tomé	894	73.114	436	13.653	166	2.293	192	6.005	78	5.355	96	57.732
Nova Cruz	1.991	23.559	207	5.217	122	1.576	59	1.773	26	1.868	40	14.415
Riachuelo	594	27.821	84	3.080	26	368	35	1.143	23	1.569	33	23.689
Santo Antonio	1.465	26.616	274	8.105	120	1.711	116	3.622	31	2.772	46	15.518
S.P.do Pontengi	1.039	27.414	274	7.400	144	2.009	84	2.488	46	2.913	44	17.467
T O T A L	8.252	223.045	1.659	49.186	729	10.149	661	20.622	269	18.415	394	157.537
(%) SOBRE O TOTAL	100	100	19,86	22,05	8,83	4,56	8,01	9,25	3,26	8,26	4,77	70,62

FONTE: Censo Agropecuário do Rio Grande do Norte, IBGE, 1975.

ANEXO IV - CONDIÇÃO LEGAL DAS TERRAS, POR MUNICÍPIOS, EM 1975

MUNICÍPIOS	TOTAL		Ú N I C A						OCUPADAS	
	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	TOTAL		PRÓPRIAS		ARRENDADAS		ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA
			ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA		
ESTADO	104.842	4.376.360	100.812	4.221.194	58.491	3.744.399	17.349	209.504	24.972	267.291
Poço Branco	996	11.698	988	11.650	309	10.745	103	96	576	808
Pureza	612	20.067	588	19.761	215	17.568	48	36	325	2.157
Lajes Pintada	661	12.756	637	11.948	288	10.582	70	404	279	962
São Tomé	894	73.114	883	72.734	564	61.883	39	3.216	280	7.635
Nova Cruz	1.991	23.559	1.539	21.372	556	18.930	746	1.647	237	795
Riachuelo	594	27.821	584	27.688	142	26.627	193	481	249	579
Santo Antonio	1.465	26.616	1.205	22.561	522	19.470	495	2.471	188	619
S.P.do Potengi	1.039	27.414	1.008	27.012	484	24.219	267	1.771	257	1.022
T O T A L	8.252	223.045	7.432	214.726	3.080	190.024	1.961	10.122	2.391	14.577
% SOBRE O TOTAL	100	100	90,1 - 100	96,3 - 100	41,44	88,50	26,39	4,71	32,17	6,79

ANEXO IV - Continuação

MUNICÍPIOS	TOTAL		M I S T A									
	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	TOTAL		PRÓPRIAS E ARRENDADAS		PRÓPRIAS E OCUPADAS		PRÓPRIAS, ARENDA- DAS E OCUPADAS		ARENDAADAS E OCUPADAS	
			ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE CIMENTOS	ÁREA
ADO	104.842	4.376.360	4.030	155.165	1.990	65.462	1.201	79.457	66	3.942	773	6.304
o Branco	996	11.698	8	48	-	-	5	41	-	-	3	7
eza	612	20.067	24	306	-	-	6	243	-	-	18	65
es Pintada	661	12.756	24	808	7	350	14	445	-	-	3	13
Tomé	894	73.114	11	381	8	185	3	196	-	-	-	-
a Cruz	1.991	23.559	452	2.187	325	1.747	19	219	2	10	106	211
chuelo	594	27.821	10	133	1	24	2	88	-	-	7	21
to Antonio	1.465	26.616	260	4.055	176	1.179	30	2.666	3	15	51	194
do Potengi	1.039	27.414	31	402	20	176	8	204	-	-	3	21
T A L	8.252	223.045	820	8.320	537	3.661	87	4.102	5	25	191	530
IRE O TOTAL	100	100	2,9 - 100	3,7 - 100	65,49	44,00	10,61	49,30	0,61	0,30	23,29	6,37

TE: Censo Agropecuário do Rio Grande do Norte, IBCE, 1975.

ANEXO V - PROPRIEDADE DAS TERRAS, SEGUNDO MUNICÍPIOS, EM 1975

MUNICÍPIOS	TOTAL		ESTABELECIMENTOS E ÁREAS SEGUNDO A PROPRIEDADE DAS TERRAS					
	ESTABELECIMENTOS	ÁREA	INDIVIDUAL		CONDÔNIO OU SOCIEDADE DE PESSOAS		S.A. OU POR QUOTAS DE RESPONSABILIDADE LIDA	
			ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ESTABELECIMENTOS	ÁREA
ESTADO	104.842	4.376.360	94.025	3.801.973	5.069	260.666	838	272.443
Poço Branco	996	11.698	976	11.665	18	31	-	-
Pureza	612	20.067	332	14.549	7	161	2	3.145
Lajes Pintada	661	12.756	624	11.544	36	1.210	-	-
São Tomé	894	73.114	843	68.110	41	4.897	-	-
Nova Cruz	1.991	23.559	1.971	23.348	17	205	-	-
Riachuelo	594	27.821	508	16.073	86	11.748	-	-
Santo Antonio	1.465	26.616	1.428	23.214	30	2.182	2	1.210
São Paulo do Potengi	1.039	27.414	1.022	25.749	14	86	2	1.428
T O T A L	8.252	223.045	7.704	194.252	249	20.520	6	5.783
% SOBRE O TOTAL	100	100	93,36	87,09	3,02	9,20	0,07	2,59

ANEXO V - Continuação

MUNICÍPIOS	TOTAL		ESTABELECIMENTOS E ÁREAS SEGUNDO AS PROPRIEDADES DAS TERRAS					
	ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ENTIDADE PÚBLICA		INSTITUIÇÃO PIA OU RELIGIOSA E COOP.		SEM DECLARAÇÃO DE PROPRIEDADE	
			ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ESTABELECIMENTOS	ÁREA	ESTABELECIMENTOS	ÁREA
ESTADO	108.842	4.376.360	3.775	36.557	508	4.341	87	379
Poço Branco	996	11.698	-	-	-	-	2	2
Pureza	612	20.067	266	2.149	1	9	4	53
Lajes Pintada	661	12.756	1	1	-	-	-	-
São Tomé	894	73.114	9	101	1	6	-	-
Nova Cruz	1.991	23.559	-	-	-	-	3	6
Riachuelo	594	27.821	-	-	-	-	-	-
Santo Antonio	1.465	26.616	-	-	1	1	4	9
São Paulo do Potengi	1.039	27.414	1	150	-	-	-	-
T O T A L	8.252	223.045	276	2.401	3	16	13	70
% SOBRE O TOTAL	100	100	3,35	1,08	0,04	0,01	0,16	0,03

FONTE: Censo Agropecuário do Rio Grande do Norte, IBGE, 1975.

ANEXO VI - CLASSE DE ATIVIDADE ECONÔMICA DOS ESTABELECIMENTOS, POR MUNICÍPIOS, EM 1975

MUNICÍPIOS	CLASSE DE ATIVIDADE ECONÔMICA											
	TOTAL			AGRICULTURA			PECUÁRIA		AGROPECUÁRIA		EXTRAÇÃO VEGETAL	
	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA	ESTABELE- CIMENTOS	ÁREA
ESTADO	104.842	4.376.360	92.668	2.727.206	9.050	1.211.926	1.180	332.598	1.675	96.490		
Poço Branco	966	11.698	966	6.965	15	3.789	11	861	4	83		
Pureza	612	20.067	594	16.423	7	418	7	3.204	4	4		
Lajes Pintada	661	12.756	642	10.169	15	635	4	1.951	-	-		
São Tomé	894	73.114	842	64.141	44	8.609	7	361	1	3		
Nova Cruz	1.991	23.559	1.923	11.429	58	10.616	8	1.500	2	14		
Riachuelo	594	27.821	511	3.666	76	10.674	7	13.481	-	-		
Santo Antonio	1.465	26.616	1.341	12.245	114	13.709	8	626	2	37		
S.P.do Potengi	1.039	27.414	860	8.509	175	16.711	4	2.194	-	-		
T O T A L	8.252	223.045	7.679	133.547	504	65.161	56	24.178	13	158		
(%) SOBRE TOTAL	100	100	93,04	59,88	6,12	29,21	0,68	10,84	0,16	0,07		

FONTE: Censo Agropecuário do Rio Grande do Norte, IBGE, 1975.

ANEXO VII - COLHEITA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA TEMPORÁRIA
SEUS MUNICÍPIOS, EM 1975

MUNICÍPIOS	ALGODÃO		FEIJÃO		MANDIOCA		MILHO	
	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA (ha)	QUANTIDADE PRODUZIDA (t)	ÁREA (ha)
ESTADO	21.816	69.292	30.256	123.496	128.696	23.189	48.540	123.916
Poço Branco	149	380	125	513	5.206	864	105	365
Pureza	38	128	35	181	1.270	253	74	209
Lajes Pintada	11	46	103	438	4	1	220	567
São Tomé	4	13	214	1.030	7	0	304	937
Nova Cruz	769	1.821	399	1.674	6.172	1.140	365	1.258
Riachuele	983	3.479	126	551	34	7	160	494
Santo Antonio	1.362	3.306	122	581	2.952	524	357	1.283
S. Paulo do Potengi	1.620	5.225	404	1.794	720	124	205	781
T O T A L	4.936	14.398	1.528	6.762	16.365	2.913	1.790	5.894
% SOBRE ESTADO	22,63	20,78	5,05	5,48	12,72	12,56	3,69	1,76

FONTE: Censo Agropecuário do RN, IBGE, 1977.

ANEXO VIII - COLHEITA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DAS LAVOURAS TEMPORÁRIAS,
SEGUNDO GRUPOS DE ÁREA TOTAL, NO ESTADO, EM 1975

CAMPO DE ÁREA TOTAL (ha)	ALGODÃO (t)	FEIJÃO (t)	MANDIOCA (t)	MILHO (t)
ESTADO	21.816	30.256	128.696	48.540
Menos de 1	516	1.095	15.122	1.042
1 a menos de 2	1.111	1.710	17.652	2.304
2 a menos de 5	2.806	3.960	24.316	5.641
5 a menos de 10	2.567	3.318	14.300	4.736
Menos de 10	7.001	10.083	71.390	13.723
% SOBRE ESTADO	32,09	33,53	55,47	28,27
10 a menos de 100	7.224	12.014	37.870	18.851
100 a menos de 1000	5.390	5.924	15.968	10.896
1000 a menos de 10.000	1.973	1.655	3.468	2.948
10.000 e mais	228	580	-	2.143
10 e mais	14.815	20.173	57.306	34.817
% SOBRE ESTADO	67,91	66,67	44,53	71,73

FONTE: Censo Agropecuário do RN, 1977

BIBLIOGRAFIA CITADA

Marx, K. El Capital, libro I, capítulo VI (Inédito). Buenos Aires, Siglo XXI, 3a. Ed., 1974.

Marx, K. Formações Econômicas Pré-capitalistas. Rio, Paz e Terra, 1975.

Sã Jr., F. O Desenvolvimento da Agricultura Nordestina e a Função das Atividades de Subsistência. São Paulo. Seleções CEBLAP 1 (1976), págs. 80 - 134.

Silva, J. F. Graziano e outros. Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira. São Paulo. Hucitec, 1978.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- Bartra, R. Campesinato e Poder Político no México. Em Antropologia Econômica (Edgard A. Carvalho, org). São Paulo. Ed. Ciências Humanas, 1978. Págs. 197 a 222.
- Brant, V. C. Desenvolvimento Agrícola e Excedentes Populacionais na América Latina; (notas teóricas). São Paulo. Estudo do CEBRAP, 14.
-
- Do Colono ao boia-fria. Transformação da Agricultura e Constituição do Mercado de Trabalho na Alta Sorocabana de Assis. São Paulo. Estudo CEBRAP, 19.
- Cândido, A. Os Parceiros do Rio Bonito. São Paulo, Duas Cidades, 1977.
- Duarte, J. C. e Queda, O. Agricultura e Acumulação. Debate e Crítica, 2.
- Fernandes, F. Anotações sobre o Capitalismo Agrário e a mudança social no Brasil. Em vida rural e mudança social, (T. Szrecsányi e O. Queda, org). São Paulo. Duas Cidades, 1973.
- Godelier, M. Modos de producción, relaciones de parentesco y estructuras demográficas. En analisis marxistas y Antropologia Social (Maurice Bloch, org). Barcelona, 1977. Págs. 13 - 41.

Godelier, M. Economias e Sociedades: abordagem funcionalista, estruturalista e marxista. Em *Antropologia Econômica*, op. cit. Págs. 45 - 83.

Partes mortas, idéias vivas do pensamento de Marx sobre sociedades primitivas. Marxismo e evolucionismo. Em *Antropologia Econômica*, op. cit. Págs. 101 - 136.

Racionalidade e irracionalidade na economia. Rio, Tempo Brasileiro, s/d.

Ianni, O. A classe operária vai ao campo. São Paulo. Caderno CEBRAP, 24.

Relações de produção e proletariado rural. Em *vi da rural e mudança social*, op. cit.

Kahn, Joel S. Imperialismo e reprodução do capitalismo. Em *Antropologia Econômica*, op. cit., págs. 173 - 196.

Kautsky, K. A questão agrária. Rio, Laemmert, 1978.

Kula, W. Da tipologia dos sistemas econômicos. Em *Economia, série Ciências Sociais*, FGV, 1975, págs. 75 - 140.

Lautier, B. Forme de Production Capitaliste et "procés de travail domestique", *Critique de l'economie politique*, nouv, série 1, oct/dec, 1977, págs. 61 - 90.

La subsuncion formal del trabajo al capital. Mimeo.

Lopes, J. R. B. Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrícola de São Paulo (1940 - 1970). São Paulo. Estudo CEBRAP 2.

Lopes, J. S. L. O vapor do diabo. Rio, Paz e Terra, 1976.

Loureiro, M. R. Parceria e capitalismo. Rio, Zahar, 1977.

Trabalhador rural: submissão e contestação.
Ciência e Cultura. 31, (2).

Martins, J. de Souza, O cativo da terra. São Paulo. Ed. Ciências Humanas, 1979.

Meillassoux, C. Mulheres, celeiros e capitais. Porto. Ed. Afrontamento, 1977.

Mello, M. C. d' Incao. O boia-fria. Acumulação e miséria. Petrópolis. Vozes, 1975.

O significado do trabalhador volante na trans formação da sociedade brasileira. Trabalho apresentado no simpósio sobre "Trabalho indígena, trabalho volante e estrutura agrária no Estado de São Paulo" realizado no "IV Encontro de Estudos Rurais e Urbanos", promovido pelo CERU mimeo.

Oliveira. F. A economia brasileira: crítica à razão dualista. Seleções CEBRAP 2, 1976.

Paixão, M. As formas sociais de utilização da terra e os setores agrícolas predominantes. Em Agricultura Subdesenvolvida, Petrópolis, Vozes, 1969.

Prado Jr., C. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil; A reforma agrária e o momento nacional. Em a questão agrária. São Paulo, Brasiliense, 1979.

Sahlins, M. A primeira sociedade de afluência. Em Antropologia Econômica, op. cit., págs. 7 - 44.

Sigaud, L. A nação dos homens. Tese de mestrado apresentada ao Programa de mestrado em Antropologia do Museu Nacional, UFRJ. Rio, 1971. mimeo.

Silva, S. Formas de acumulação e desenvolvimento do capitalismo no campo. Em *Capital e trabalho no campo*, (J. Pinsky org.) São Paulo, Hucitec, 1977.

Vinhas, M. Problemas Arpario-camponeses do Brasil. Rio, *Civilização Brasileira*, 1972.

Wanderley, M. N. B. Capital e propriedade fundiária. Rio, Paz e Terra, 1978.

Algumas reflexões sobre o campesinato do Nordeste: Conceito e realidade. *Ciência e Cultura*, 29, (5): 537.

Transformações das relações de produção: da senzala ao caminhão. IV Reunião Nacional de mão de obra na agricultura. Botucatu, UNESP, 1978. mimeo.

Reg: Re